

**O I Governo Balsemão
caiu devido à sua
incapacidade para
resolver os problemas
nacionais. Prometeu
governar quatro anos
e esteve no poder meia
dúzia de meses.**

**O «novo» Governo,
propondo-se seguir
uma política igual
à do anterior, terá
necessariamente a
mesma sorte.**

**A «AD» não serve, como
o actual debate na AR
está a mostrar. O País
necessita e o povo exige
um governo
democrático e uma
política democrática.**

O debate na Assembleia da República - Pág. 12

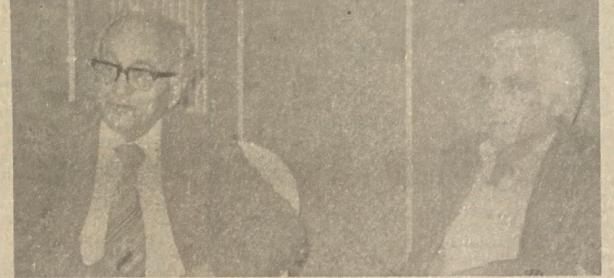
Yusuf Dadoo em Portugal

Reforçam-se os laços

entre o PCP e o PC Sul-Africano

A visita a Portugal, a convite do CC do PCP, do camarada Yusuf Dadoo, presidente do Partido Comunista Sul-Africano, foi pretexto para altos momentos de solidariedade internacionalista e revestiu-se do maior significado para o reforço das relações entre os dois partidos.

(Págs. 6/7/8)



Yusuf Dadoo e Alvaro Cunhal



Povo português condena agressão racista a Angola

Através de várias e diversificadas formas (abaixo-assinados, moções, concentrações, etc.), os trabalhadores e o Povo português têm manifestado a sua inequívoca condenação da agressão racista a Angola e a sua solidariedade com o povo da RPA. Na foto: aspecto da concentração, na semana passada, frente à embaixada da África do Sul em Lisboa

(Pág. 9)



Os candidatos da APU à Câmara, sábado passado, no decorrer do plenário realizado em Sacavém

Loures

A pouco mais de três semanas das eleições para a Câmara, a APU mobiliza esforços e cria as condições para a confirmação da vitória - a bem das populações.

(Pág. 4)

Miragaia

Grande vitória da APU e grande derrota da AD: pela primeira vez, a APU ocupa a presidência de uma Junta de Freguesia do Porto

(Pág. 3)

Os preços na União Soviética - Que se passa realmente?

(Pág. 10)

SEMANA Nacional

9 Quarta-feira

É anunciado na imprensa que o Sindicato do Comércio do Porto vai acionar criminalmente o presidente da Câmara Municipal do Porto, Coelho de Magalhães (da «AD»), acusando-o de ter apadrinhado, desde que se encontra no executivo camarário, a existência ilegal de um aglomerado de lojas com o nome de «Centro Comercial Brasília», o qual funciona sem licenciamento e em condições de segurança, podendo um simples incêndio causar uma catástrofe.

10 Quinta-feira

Chega a Lisboa o presidente do Partido Comunista Sul-Africano, Yusuf Dadoo, para uma visita ao nosso país a convite do CC do PCP. Exigido que lhes sejam pagos os salários em dívida, os trabalhadores da empresa de construção civil A. Supico contam a estrada Lisboa-Porto na região de Coimbra durante 11 horas. Em comunicado a CGTP-IN considera que a recomposição do Governo «AD»/Balsemão com elementos mais hostis ao regime democrático-constitucional irá intensificar os ataques às conquistas de Abril e agravará a crise profunda que o país atravessa, sublinhando que o agravamento da situação só poderá significar o reforço da luta dos trabalhadores. Numa pretensa crítica à invasão racista do Sul de Angola, o ministro dos NE, André Gonçalves Pereira, ingere-se claramente nos assuntos internos da RPA afirmando que «não é com acções deste tipo» que a RPA «se liberta das influências externas». A «cmeira» da «AD» envia uma carta ao PS propondo um calendário «apropriado» para a revisão constitucional, considerada pela coligação da direita como «prioritária no âmbito dos trabalhos da próxima sessão legislativa da Assembleia da República». A CIP, pela voz do seu presidente, faz saber em conferência de imprensa que o grande patronato português considera indispensável a «libertação» da economia portuguesa do espantalho marxista que a vai destruindo, exigindo para tal que se entregue à «eficiente» iniciativa privada a Banca, os Seguros e se destruam as principais conquistas de Abril.

11 Sexta-feira

Os trabalhadores da multinacional Audio Magnética cortam o trânsito em duas estradas, perto das Caldas da Rainha, numa operação destinada a alertar a opinião pública para a situação que se vive na empresa, que foi abandonada há dez meses pela administração, estando os trabalhadores desde então sem receber salários. realiza-se em Lisboa uma concentração promovida pela Associação de Amizade Portugal-Angola em frente da embaixada sul-africana, para protestar contra a agressão do que está a ser vítima a RPA. A Comissão Negociadora Sindical representante dos cerca de 1300 pescadores do arrasto costeiro de todo o país anuncia em conferência de imprensa que estes paralisarão durante todo o próximo dia 15 para obrigarem os armadores a negociar um novo contrato colectivo de trabalho. A administração da empresa «Construtora do Tâmega», responsável pela empreitada das obras da barragem Crestume-Lever, mantém numa reunião realizada na delegação do Ministério do Trabalho do Porto numa atitude de total intransigência perante as reivindicações dos trabalhadores, que se mantém em greve desde a passada terça-feira. A quilómetro e meio da estação de Fátima, na linha Lisboa-Porto, um choque envolvendo três comboios provoca cinco mortos, seis dezenas de feridos e prejuízos na ordem dos 100 000 contos; um primeiro dado parece poder ser avançado, mesmo antes da concretização do inquérito: o acidente poderia ter sido evitado se as composições envolvidas estivessem apetrechadas com meios de rádio.

12 Sábado

Milhares de activistas da Aliança Povo Unido (APU) reunidos no Ginásio do Sport Club Sacavenense definem como tarefas prioritárias manter a maioria de mandatos na Câmara Municipal de Loures e reforçar a votação dos seus candidatos nas próximas eleições intercalares de 11 de Outubro próximo. A ANOP, citando círculos da Presidência Brasileira, informa que o secretário-geral do PS, Mário Soares, actualmente em digressão de cinco dias pelo Brasil, não será recebido pelo Presidente João Figueiredo devido a afirmações que teriam sido consideradas pela ditadura como «intromissão nos assuntos internos brasileiros», nomeadamente a afirmação de Soares de que o «socialismo democrático» constituirá o corolário inevitável do «actual processo de abertura no Brasil».

13 Domingo

A APU venceu as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia da Miragaia, no Porto, obtendo 986 votos contra 799 do PS e 840 da «AD», que detinha a maioria relativa naquele órgão autárquico; a APU foi a única força concorrente a subir na sua votação em relação às anteriores eleições, tendo a «AD» descido em 60% do seu eleitorado, o PS em 40% e a UDP em 45%. A Comissão Política do PS envia um documento-resposta à carta da «AD» (que pedia colaboração na aceleração da revisão constitucional) envolvendo uma promessa de capitulação, nomeadamente quando lembra que a «AD» pode formar «o necessário consenso de dois terços» com o PS, declarando-se ainda o PS disposto a imprimir aos trabalhos a «celeridade indispensável».

14 Segunda-feira

O primeiro-ministro Pinto Balsemão apresenta na Assembleia da República o programa do «novo» governo «AD», o VIII constitucional e o segundo que chefia, tendo o deputado comunista Veiga de Oliveira, na sua interpelação, considerado que este programa é de guerra aos trabalhadores e às classes laboriosas. Uma área indeterminada de floresta é consumida pelo fogo em nove locais distintos do Centro do país, nos concelhos de Lousã, Povoares, Pedrógão Grande, Penacova, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra e Coimbra. Os ajudantes de farmácia anunciam para depois de amanhã uma greve de 24 horas a nível nacional, lutando contra o bloqueamento das negociações do CCT do sector e pela dignificação ideológica da profissão; a greve é extensiva aos farmacéuticos.

15 Terça-feira

Os pescadores do arrasto costeiro em todo o país retomam a faina às zero horas de hoje após uma paralisação nacional cumprida a 100%, lutando por um novo contrato colectivo de trabalho. Num comunicado conjunto assinalando o final da visita do presidente Sul-Africano, Yusuf Dadoo, ao nosso país a convite do PCP, os dois partidos reafirmam a sua «solidariedade de combate para com o povo da República Popular de Angola e a sua força dirigente, o MPLA-Partido do Trabalho».

Efeméride da Semana - A 15 de Setembro de 1765 nasce em Setúbal José Maria Barbosa do Bocage, um dos maiores poetas portugueses, livre pensador e vítima da Inquisição.

Editorial UM PROGRAMA RESTAURACIONISTA DE DESTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

O Governo AD/Balsemão/Freitas do Amaral apresentou à AR as suas velhas caras com algumas novas pelo meio; trouxe à apreciação dos deputados sob o nome de «Programa do VIII Governo Constitucional da AD» e pela palavra do Primeiro-Ministro um novo capítulo do velho plano subversivo de destruição do regime democrático que se intitulava «projecto da Aliança Democrática».

Amanhã, no final dos debates, a desavinda família «AD», com os arranhões e as facadas da refrega interna ainda a sangrar e os cacós da lolça partida ainda espalhados pelo chão vai fazer-se a si própria a hilarante pergunta: «temos confiança em nós próprios?».

Os discursos de Balsemão e dos outros ministros, assim como o programa do Governo e as laudas dos parlamentares da AD, são partes constitutivas de uma peça de alta hipocrisia, repleta de palavras altisonantes, com o que a Aliança reacção pretende ludibriar o Povo português. Uma alta comédia para acutar uma dramática farsa.

A situação portuguesa actual sob os efeitos de uma devastadora crise de carácter económico, financeiro e político oferece às forças democráticas e a todos os portugueses realmente interessados no progresso, no bem-estar e na independência do seu País vasta matéria de reflexão e fortes motivos de empenhamento político.

Os problemas de maior relevância e gravidade do povo e do País que as administrações AD criaram ou levaram a um incrível estado de agudez, as questões que podem de facto decidir da superação da crise, não podem ser iludidas e falseadas pelos refinamentos de propaganda ou acrobacias verbais da Aliança reacção.

O «Programa» do Governo é uma colectânea de generalidades e de banalidades. Desdobra-se por «três grandes áreas», «quatro prioridades de acção» e cada uma destas com uma data de «acções prioritárias», de objectivos «nucleares», de «reformas de tomo», etc.

Desde 1976 que os chamados «Governos Constitucionais» puseram em execução a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista; desde o Verão de 77 que, primeiro sob a chefia de Mota Pinto e depois de Sá Carneiro/Freitas e de Balsemão a direita governa; desde Dezembro de 79 governos da AD quimicamente pura carregam no acelerador da destruição do regime democrático, da exploração agravada das classes trabalhadoras da cidade e do campo, da ruína económica e financeira, da completa submissão de Portugal aos interesses e objectivos do grande capital cosmopolita e do imperialismo. Esta é a verdade política da AD.

E entretanto ouvindo Balsemão falar na tribuna da AR a responsabilidade disso tudo é do «Gonçalvismo», dos comunistas, da oposição! Não se pode ser mais descarado...

A queda do Governo Balsemão 1 foi o resultado de uma acção dirigida contra o povo e o País, de uma retumbante falência política da «AD».

Mas ouvindo o PM deste Governo Balsemão II o fim do outro Governo e a formação do actual é uma espécie de pausa no crescimento, um segundo fôlego depois de uma «brilhante» arrancada.

Alguns portugueses ainda podem ser levados ao engano, mas a capacidade de burlar o Povo português vai-se esgotando para os barões e propagandistas da AD.

Os portugueses dizem resolutamente «não» à política e aos Governos da AD. Sempre que os interrogam.

A lição de Miragaia, e também de Sazes da Beira e mesmo de Valpaços mostram que a AD está numa senda de derrota e que a hora da derrota final se aproxima a passos largos.

Assim o entendam e queiram as forças democráticas, assim o entenda e queira principalmente o PS. Esperemos que nesta sua nova visita a Portugal Mário Soares o possa ainda esclarecer no termo do actual debate parlamentar.

Os trabalhadores da multinacional Audio Magnética cortam o trânsito em duas estradas, perto das Caldas da Rainha, numa operação destinada a alertar a opinião pública para a situação que se vive na empresa, que foi abandonada há dez meses pela administração, estando os trabalhadores desde então sem receber salários. realiza-se em Lisboa uma concentração promovida pela Associação de Amizade Portugal-Angola em frente da embaixada sul-africana, para protestar contra a agressão do que está a ser vítima a RPA. A Comissão Negociadora Sindical representante dos cerca de 1300 pescadores do arrasto costeiro de todo o país anuncia em conferência de imprensa que estes paralisarão durante todo o próximo dia 15 para obrigarem os armadores a negociar um novo contrato colectivo de trabalho. A administração da empresa «Construtora do Tâmega», responsável pela empreitada das obras da barragem Crestume-Lever, mantém numa reunião realizada na delegação do Ministério do Trabalho do Porto numa atitude de total intransigência perante as reivindicações dos trabalhadores, que se mantém em greve desde a passada terça-feira. A quilómetro e meio da estação de Fátima, na linha Lisboa-Porto, um choque envolvendo três comboios provoca cinco mortos, seis dezenas de feridos e prejuízos na ordem dos 100 000 contos; um primeiro dado parece poder ser avançado, mesmo antes da concretização do inquérito: o acidente poderia ter sido evitado se as composições envolvidas estivessem apetrechadas com meios de rádio.

Os trabalhadores da multinacional Audio Magnética cortam o trânsito em duas estradas, perto das Caldas da Rainha, numa operação destinada a alertar a opinião pública para a situação que se vive na empresa, que foi abandonada há dez meses pela administração, estando os trabalhadores desde então sem receber salários. realiza-se em Lisboa uma concentração promovida pela Associação de Amizade Portugal-Angola em frente da embaixada sul-africana, para protestar contra a agressão do que está a ser vítima a RPA. A Comissão Negociadora Sindical representante dos cerca de 1300 pescadores do arrasto costeiro de todo o país anuncia em conferência de imprensa que estes paralisarão durante todo o próximo dia 15 para obrigarem os armadores a negociar um novo contrato colectivo de trabalho. A administração da empresa «Construtora do Tâmega», responsável pela empreitada das obras da barragem Crestume-Lever, mantém numa reunião realizada na delegação do Ministério do Trabalho do Porto numa atitude de total intransigência perante as reivindicações dos trabalhadores, que se mantém em greve desde a passada terça-feira. A quilómetro e meio da estação de Fátima, na linha Lisboa-Porto, um choque envolvendo três comboios provoca cinco mortos, seis dezenas de feridos e prejuízos na ordem dos 100 000 contos; um primeiro dado parece poder ser avançado, mesmo antes da concretização do inquérito: o acidente poderia ter sido evitado se as composições envolvidas estivessem apetrechadas com meios de rádio.

Delegação do PC de Cuba visitou Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 5 a 10 de Setembro uma delegação do Partido Comunista de Cuba, composta por Jorge Valdes Rodrigues, membro do Comité Central e Segundo Secretário da Província da cidade de Havana e Julio Ballesta, funcionário do Departamento Geral de Relações Exteriores do Comité Central.

A delegação do Partido Comunista de Cuba foi recebida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, e teve conversações com a delegação do PCP composta por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Manuel Pedro, membro do CC e da direcção da Organização Regional de Lisboa e Graça Filipe, da Secção Intermunicipal.

Em representação do Partido Comunista de Cuba e da imprensa comunista cubana, a delegação participou na Festa do «Avante!». Contactou também com diversos aspectos da realidade portuguesa, através das visitas efectuadas, nomeadamente à empresa Sorefame, às cooperativas agrícolas «Al-

fredo Lima» e «Mouchão do Inglês» em Alpiarça e às Câmaras Municipais de Amadora, Alpiarça e Sobral de Monte Agraço.

Durante as conversações, as delegações do Partido Comunista de Cuba e do Partido Comunista Português trocaram informações sobre a situação dos seus respectivos países e a actualidade internacional.

A delegação do PC de Cuba expressou uma vez mais os sentimentos de activa solidariedade dos comunistas e do povo cubano para com os comunistas portugueses na sua luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição.

A delegação do PCP voltou a expressar a solidariedade combativa dos comunistas portugueses para com os comunistas e o povo cubano na edificação e desenvolvimento da sociedade socialista e na luta em defesa da soberania e integridade da sua pátria face às reiteradas provocações e

ameaças do imperialismo norte-americano.

As duas delegações condenaram firmemente a criminosa agressão perpetrada pelo regime racista da África do Sul contra a República Popular de Angola, ameaçando não só a integridade territorial e a paz do povo angolano, mas também a paz e a segurança em África e no mundo, e exigiram a pronta e incondicional retirada dos agressores sul-africanos.

As delegações do PCP e do PC de Cuba sublinharam a acrescida importância que adquire no presente contexto a unidade de acção do movimento comunista inter-

nação e de todas as forças democráticas e progressistas frente à política agressiva do imperialismo que põe em perigo a paz mundial, colocando a Humanidade à beira da guerra nuclear.

As duas delegações reafirmaram a vontade dos seus partidos de continuarem a

lação e dos incultos aos campos do Alentejo e do Ribatejo. Só no distrito de Évora 20 latifúndios foram reconstituídos, alguns com mais 3 500 e até 8 200 hectares.

Só nos concelhos de Montemor e Vendas Novas, das terras produtivas roubadas às UCPs, 40 herdades estão abandonadas ou subaproveitadas.

Albufeiras e charcas construídas pelos trabalhadores foram criminosamente despejadas naqueles dois concelhos, modernos estábulos destruídos, mais de 250 000 quilos de azeitona deixados apodrecer quando poderiam garantir uma produção de 25 000 litros de azeite.

Os projectos de cultura de beterrava açucareira de numerosas UCPs cobrem-se de pó nas gavetas do MAP e com isso aumenta a nossa dependência do açúcar importado.

Outras novas culturas encontram-se no mesmo condicionalismo.

Os Governos AD provocaram criminosamente a redução da nossa produção agrícola mas vêm agora chorar pela boca de Balsemão, pelo nosso défice alimentar de mais de 50%.

Os pequenos e médios agricultores e os assalariados agrícolas na zona da Reforma Agrária já conhecem na carne e na das considerações dos seus interesses vitais a política do «fomento agrícola» da «AD» e dos seus Governos.

A anunciada revisão da celerada Lei Barreto será sem dúvida ainda para pior.

As tiradas bombásticas do Primeiro-Ministro relativamente ao «arranque de uma política de regionalização» não trazem nada de novo a não ser a descarada mentira relativamente à política do PCP.

Diz Balsemão que o PCP atacou a autonomia das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores na Assembleia Constituinte. Ele sabe e os portugueses sabem que isto é mentira.

O PM sabe que o PCP tem um projecto de regionalização que levará à discussão na AR e por outro lado oculta os verdadeiros atentados à autonomia dos órgãos de Poder Local, a uma verdadeira política de descentralização autárquica que têm sido a prática dos Governos AD.

Os desvios sucessivos das verbas legalmente devidas aos órgãos de Poder Local pela Lei das Finanças Locais, que só no OGE para 1981 atingiram os 36 milhões de contos, dá uma expressão fiel da política de «arranque» da regionalização afirmada no «Programa» agora em discussão.

Nos debates parlamentares, nas intervenções de Balsemão e dos ministros do Governo AD, transparece com meridiana clareza os projectos restauracionistas do «Programa» governativo.

Para o PM os «parasitas» não são os grandes detentores do capital que passam a vida na fatura, na farrá, nos paraísos turísticos, mas sim os trabalhadores que cada vez mais apertam o cinto, vêm reduzidos os seus salários reais, caem em número crescente no desemprego.

A lei da greve — um direito que o próprio Papa reconhece publicamente na nova Encíclica — é raiosamente atacada pelo Primeiro-Ministro.

Os insultos responderão os trabalhadores com novas lutas e greves, não porque sirvam inconfessáveis objectivos políticos do PCP mas porque para isso os empurra a política antipopleária da AD.

A greve dos pescadores do arrasto e dos operários da indústria têxtil são, nas justas razões dos trabalhadores, a mais recente e melhor resposta às calúnias do Primeiro-Ministro.

Outra grande inquietação da AD e do seu Governo é a da revisão constitucional. É uma questão que não pode ser tratada nestas curtas linhas mas que o será de forma apropriada.

Para já, uma «humorística» tirada da deslavada intervenção do PM: o PCP que apresentou um projecto de revisão constitucional e tem defendido consequentemente a revisão dentro dos limites formais e materiais constitucionais — determinados e «conservados» e «imobilistas».

Claro a AD e Balsemão que têm um desenvolvimento projecto de destruição da nossa Constituição democrática e fazem ao PS um namoro descarado e ainda não repellido pelos socialistas, devem ter um altamente «revolucionário» e re-mexido...

A moção de rejeição do PCP é a única resposta justa ao «novo» programa do Governo «AD».

Delegação do PCP na Etiópia

Uma delegação do CC do PCP, composta por Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC do PCP e por Rogério de Carvalho, do Comité Central, participou em Adis-Abeba, a convite do Comité Central da Comissão para a Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, nas comemorações do 12 de Setembro, 7.º aniversário da Revolução de 1974, no quadro de uma visita à Etiópia Socialista que decorreu até 15 de Setembro.

Camaradas falecidos

Luís Rodam
Faleceu no passado dia 5 de Setembro o camarada Luís da Silva Dias Rodam, de 68 anos, reformado e militante na célula de reformados da Amadora.

O camarada, que trabalhou como caldeireiro na Fábrica Portugal, no Arsenal do Alentejo e na Companhia de Transportes Marítimos, era membro do Partido desde 1974.

Joaquim Santos
Recentemente faleceu também o camarada Joaquim To-

más dos Santos, de 66 anos, residente em Benavente. Activista do Partido, o camarada era responsável na Comissão de Fundos do concelho de Benavente.

Fernando Nunes
Faleceu o camarada Fernando Pedro Nunes, velho comunista com passagem pelas cadeias do Aljube e de Caxias, quando da sua prisão em 1949, e que durante toda a vida dedicou grande carinho ao seu Partido. Era funcionário da CRGE e militava no âmbito da 7.ª Zona do CLL.

Sessão na Brandoa

Amanhã, sexta-feira, realiza-se no Pavilhão Polivalente da Brandoa, promovido pela respectiva Comissão de Freguesia do PCP, com início às 21 e 30, um comício a que estará presente o camarada Vítor Neto, membro do CC do PCP.

Reunião dos Gráficos de Lisboa

O Organismo dos Gráficos do Comité Local de Lisboa do PCP promove amanhã, às 19 horas, no respectivo Centro de Trabalho (Largo de Trindade Coelho, 9-3.º), uma reunião para discutir a situação no sector e a situação política.

Sublinhe-se que esta reunião surge, conforme se acentua no comunicado-convocatória, num momento em que sérias apreensões se colocam aos trabalhadores gráficos no que respeita ao futuro das empresas de jornais, manutenção dos postos de trabalho e política seguida por este Governo no campo da Comunicação Social.

Conferência Nacional sobre o Poder Local

Realiza-se no próximo domingo, dia 20, na Casa do Povo de Ponte de Sor, uma reunião de quadros das autarquias para discussão dos trabalhos da Conferência Nacional do Partido sobre o Poder Local.

Os trabalhos, que se iniciam às 14 horas, contam com a participação dos camaradas Manuel Ferreira, da Comissão Distrital e Diamantino Dias, suplente do CC do PCP.

Festa «Vitória de Abril»

A Festa «Vitória de Abril», a festa de todos nós, realiza-se já no próximo fim-de-semana em Rio do Moimões, Alcácer do Sal.

No sábado haverá futebol dos seniores (16h), seguido de canto livre com os «Jograis do Barreiro» e «Futuro a Cantar». A noite haverá um animado baile com a participação do acordeonista António José Chaimon.

Domingo a festa começa logo pela manhã, com desporto para todas as idades e para todos. Depois de almoço o convívio será animado pelo Rancho Folclórico 5 Estrelas do Isafas (Grândola), seguindo-se um comício, às 17.30h, com a presença de um camarada da direcção do Partido.

Os festejos encerrarão com o filme «Primavera em Portugal».

Sorteios

A Comissão Concelhia do Montijo informa que a toalha de renda sorteadá na Festa do «Avante!» no Pavilhão de Artesanato do Montijo saiu no número 10, a Maria da Piedade Pereira Mateus da Silva, de Lapas - Torres Novas.

A possuidora do bilhete premiado deverá entrar em contacto com a Comissão Concelhia do Montijo o mais rapidamente possível.

Foram também já atribuídos os prémios do sorteio da Campanha de Fundos da II Assembleia de Organização da 6.ª zona. O 1.º prémio cabe ao n.º 0907; o 2.º prémio ao n.º 1614 e o 3.º prémio ao n.º 9391.

Os prémios apurados em 30 de Julho, deverão ser levantados até ao fim do mês de Setembro no Centro de Trabalho do Lumiar, Lisboa.

Plenário em Moscaide

Realiza-se amanhã, às 21 horas, um plenário de camaradas residentes em Moscaide e Portela para discussão da campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Loures.

Plenário em Estremoz

A Comissão Concelhia de Estremoz do PCP, convocou para o próximo sábado um plenário de militantes comunistas para um primeiro balanço do trabalho nas autarquias do concelho, perspectivas futuras e medidas com vista ao reforço do PCP e da APU no concelho.

O plenário terá lugar na Casa do Povo com início às 14 e 30 h. Além de toda a Comissão Concelhia e de cerca de 50 militantes da cidade e das freguesias, participam no plenário os camaradas António Murteira, da DORA e do Comité Central do PCP, e o camarada Celino Silva, do organismo regional do Alentejo para o trabalho nas autarquias e vereador da Câmara Municipal de Évora.

Festa em S. Sebastião da Giesteira

Promovida pela respectiva Comissão de Freguesia, realiza-se nos próximos sábado e domingo nesta localidade do concelho de Évora uma Festa integrada nas comemorações do 60.º aniversário do PCP.

O programa inclui desporto, bailes e no domingo, às 18 h, uma intervenção política de António Vidigal, deputado do PCP na AR.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 391067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Hesta Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Agosto: 50 113

Nacional

Perigoso «safari» da NATO em Lisboa

- Alerta contra a utilização do porto da capital
- Pescadores exigem indemnização

Cerca de 70 navios da NATO entrarão brevemente no porto de Lisboa. É a maior esquadra daquela organização que alguma vez demandou portos portugueses. Verificando-se o que se prevê, dezenas de navios já fundeados no Tejo voltarão a sair a barra para se juntarem a muitos outros que aguardam entrada. (Os tempos de espera de alguns desses navios atingem já os 2 meses. Cada dia de imobilização de um navio custa em média 700 contos, sem incluir os seguros de alto mar). Haverá, por outro lado, uma diminuição geral do funcionamento do porto. Cargas e descargas ao largo ficarão completamente paralisadas. Empresas como a Socarm e a Trafestiva podem parar por completo devido à insuficiência do abastecimento. Os pescadores da Caparica estão

impedidos de exercer a sua profissão devido a proibição decorrente das manobras aeronavais da NATO.

Os transportes fluviais serão gravemente afectados.

Enquanto os pescadores se reúnem na última terça-feira para decidir como actuar e designadamente no sentido de recorrer a formas de luta para evitar que os prejuízos já sofridos continuem a crescer, os milharões de contos diários que custará ao País a estadia da esquadra imperialista levava o Organismo de Direcção do Sector Portuário da ORL do PCP a revelar e condenar «a forma irresponsável como foi encarada pelo Governo português a entrada desse conjunto de navios que ocuparão a quase totalidade dos fundeadouros e alguns

importantes cais, causando sérios prejuízos económicos ao País».

Reunidos entretanto, os pescadores da Caparica decidiram exigir do Governo uma indemnização correspondente aos prejuízos sofridos por cada dia em que não puderam ir ao mar.

O «Ocean Safari» (assim se denominam as manobras realizadas sob os ordens da NATO) afecta cerca de 3 mil pessoas que vivem da pesca artesanal entre a Trafalgar e a Fonte da Telha, na zona da Caparica, perto de Lisboa.

As manobras, que decorrem entre 8 e 19 do corrente, mobilizam 19 mil homens, 280 aviões, 83 navios e nelas participam a Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, República Federal da Alemanha, Holanda e Portugal. A área abrangida

pela «Safari» tem limites: foi traçada uma linha de 15 milhas que vai do Bugio ao Cabo Espichel.

Num apelo à intensificação da luta «em defesa da Paz e do desarmamento, contra a colocação de armas nucleares em Portugal», o Organismo de Direcção do Sector Portuário da ORL do PCP alerta, no documento que citámos, para o facto de a concentração desses navios de guerra, alguns transportando armas nucleares, poder constituir o princípio da utilização do estuário do Tejo para base e estacionamento mais ou menos prolongado de porta-aviões ou outros navios portadores de armas nucleares com as consequências nefastas para a paz mundial e a segurança do nosso país.

Numa referência oportuna à «situação internacional, que se agrava com a intensificação da política de provocação e corrida aos armamentos dirigida pelo imperialismo americano», o referido Organismo de Direcção nomeia algumas decisões decorrentes ou relacionadas com essa política imperialista, como seja «a produção da bomba de neutrões, a invasão da República Popular de Angola pela África do Sul, a tentativa de criação de um novo bloco agressivo no Atlântico Sul».

A estadia de «tão grande esquadra» recorda o Organismo que se dirige num comunicado aos trabalhadores portuários — arrasta o nosso país para essa estratégia belicista, contrária aos interesses nacionais e à paz mundial».

O programa do Governo o descalabro económico e a política de direita

No VIII Congresso do PCP declarou que «o agravamento e deterioração da situação económica e financeira que se vinha verificando nos últimos tempos do fascismo e as múltiplas consequências da revolução democrática» colocavam desde 25 de Abril de 1974 «a necessidade de encarar de frente, como um dos problemas centrais da Revolução, a estabilidade económica e financeira e o desenvolvimento».

A dinâmica capitalista

Em relação ao desenvolvimento do PCP afirmava que, para o efeito, teoricamente, se poderiam admitir duas dinâmicas fundamentais. Uma tendo por base a dinâmica não capitalista, assente nas novas estruturas económicas saídas da Revolução onde a acumulação indispensável (valor criado e não consumido) não fosse mais a acumulação de fortunas privadas, mas o enriquecimento de todo o povo e o desenvolvimento dos instrumentos e meios de trabalho que permitissem criar cada vez mais riqueza. Outra, a dinâmica capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, no agravamento da exploração dos trabalhadores, no aumento dos lucros e da acumulação capitalista e subordinação aos interesses do imperialismo. E avisava: nas condições concretas existentes em Portugal tal via significaria o ataque e a liquidação das conquistas da Revolução, a utilização obrigatória de medidas repressivas, a agudização dos conflitos sociais e uma depressão económica profunda, com graves repercussões nas condições de vida das populações.

Explícito também que o défice da balança de pagamentos se tornara «um problema central e prioritário a resolver por uma política de emergência».

A política seguida foi a dinâmica capitalista e, infelizmente, os factos mais uma vez nos vieram dar razão. Ao longo de todos estes anos os trabalhadores foram sucessivamente apertando o cinto, com promessas de que «a luz no fundo do túnel já se via», ao mesmo tempo que se agravava a situação económica e financeira do País.

Havia condições para superar os desequilíbrios existentes, além do mais porque em Setembro de 1975 o Banco de Portugal contava com 860 toneladas de ouro e 35 milhões de contos de divisas.

Vale a pena recordar que de Setembro de 1974 a Março de 1975, as reservas de ouro e divisas diminuíram à média de 2 milhões de contos mensais e que de Março a Setembro de 1975, (IV e V governos provisórios) o ritmo foi contido, descendo a média mensal para 1,2 milhões.

Com a hegemonia PS/PPD no VI governo provisório, primeira versão do tão falado «bloco central», no espaço de três meses de lapidaram-se 15,6 milhões de contos, ou seja, uma média mensal de 5,2 milhões de contos. Depois foi a vez do governo PS sozinho, mas de facto aliado à direita, segunda versão do «bloco central», que iniciou a política dos pacotes. Com os governos PS e os que se lhe seguiram continuou-se com a dinâmica capitalista e tiveram lugar os primeiros acordos com FMI, agravando-se a situação geral do País: a massa salarial no Rendimento Nacional passou de 63,4% em 1975 para 52% em 1980, o desemprego aumentou sem cessar, principalmente o juvenil e das mulheres (em 1980, do total de desempregados 68% são mulheres). A dívida externa cresce assustadoramente passando de 91,2 milhões de contos em 1976 para 327,7 em 1979 (ver Quadro).

A custa do marasma económico, do drástico abaixamento do nível de vida dos trabalhadores, do aumento do desemprego, consequências da política seguida e dos acordos com o FMI, o défice da Balança de Pagamentos teve, conjuntamente, uma redução. Mas

foi «sol de pouca dura» pois nenhuma medida estrutural tinha sido tomada.

Os governos AD

Com os governos AD, a par da demagogia e da irresponsabilidade, acentuou-se a política inconstitucional e subversiva.

A reconstituição do poder económico e político dos grandes capitalistas e agrários aliados ao imperialismo estrangeiro, constituiu o objectivo central da governação. Os resultados não se fizeram esperar. As facturas eleitorais acrescidas com as custas da reconstituição dos privilégios continuaram a pesar crescentemente nos bolsos e nos orçamentos dos trabalhadores e das camadas médias ao mesmo tempo que a economia entra em colapso.

Assim, em 1980, o Produto Interno Bruto evoluiu a uma taxa real inferior à de 1979; o défice comercial agravou-se (+ 54% em dólares) atingindo cerca de 200 milhões de contos e o défice da Balança de Transacções Correntes registou um défice de 50 milhões de contos contra 1,6 em 1979! Foram os resultados da gestão Cavaco e Silva/Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Com Balsemão I surgiram também as tiradas triunfalistas e demagógicas mas, alguns meses após a discussão do programa do governo, não só o Plano para 1981 sofria uma reviravolta de 180 graus como a linguagem começava a admitir a crise generalizada e a passar as culpas para a seca e o dólar. Era a confissão do fracasso perante a evidência da realidade. O PCP tinha previsto e prevenido. Agora todos confirmam: OCDE, governo, Departamento Central de Planeamento, Instituto Nacional de Estatística.

Os resultados já conhecidos dão a grandeza da falência da política da AD: agravamento dos preços, diminuição da produção industrial e agrícola, aumento do desemprego, dos défices externos e da dívida externa. Assim, o défice da Balança de Transacções Correntes aumentou no 1.º trimestre de 81 mais 50% do que no mesmo período em 1980; a dívida externa era já de 560 milhões de contos em Agosto de 1981, prevendo-se que em Dezembro deste ano se situe à volta dos 600 milhões de contos. Quer dizer, os governos AD passaram a dívida externa de 327,2 milhões de contos para 600 milhões, ou seja, um acréscimo de 272,3 milhões! Um descalabro.

É tudo acompanhado de uma série de escândalos (EPAC, jogo de Tróia, vencimentos de deputados) e de uma cada vez maior irracionalidade do sistema. Os produtos dos agricultores não são escoados. Apodrece a batata no produtor e no importador enquanto falta e sobe no consumidor! Atrai-se peixe ao mar para não aviltar os preços (enquanto a sardinha apodrece em Agosto nos portos, era vendida a 80\$00 nos mercados) e a indústria trabalha a 60 e a 70% da sua capacidade enquanto faltam e encarecem os produtos!

Por outro lado a panaceia da CEE é cada vez mais posta em causa à medida que vão conhecendo as reais consequências da adesão e a quem é que esta serve...

O governo Balsemão recauchutado

O Programa do governo Balsemão recauchutado apesar

Vitória da APU em Miragaia, derrota da AD e do PS

- Habitação: problema prioritário

Única força que obteve um aumento percentual e de votos absolutos (passa de 25,5 por cento para 40,4 por cento e de 974 para 986 votos) a APU venceu em Miragaia no passado domingo as eleições locais.

A incapacidade de resolução dos problemas da população da Junta presidida pela AD, o agravamento de uma situação já deteriorada, deixada pela anterior Junta PS, que caracterizavam a situação vivida em Miragaia, levaram ao rotundo fracasso da AD que passa de 1332 votos em 1979 para 540 agora, perdendo 792 votos, e do PS que de 1275 votos passa para 799 tendo perdido assim 476 votos.

firmam ainda a vitória dos que defendem a unidade de todos os democratas e patriotas para a resolução dos problemas nacionais. As posições divisionistas e anticomunistas do PS a que se associaram as atitudes provocatórias e verbalistas do MRPP e da UDP sofreram uma clara derrota».

Uma Junta para trabalhar

No programa dos candidatos da APU apelava-se ao povo de Miragaia para que desse oportunidade à APU de resolver os problemas da freguesia. A oportunidade foi dada.

tunidade foi dada.

A população de Miragaia tem agora uma Junta presidida por Joaquim Nascimento, uma Junta de confiança, trabalhadora e honesta, que juntamente com os moradores tudo fará para concretizar as soluções propostas no seu programa para os muitos problemas da freguesia.

O problema da habitação é considerado prioritário. Para a sua resolução são consideradas alternativas: aproveitamento de terrenos da Câmara desaproveitados, concretização do projecto de 245 casas entregues à Câmara em 1976 pela Associação de Moradores, renovação de habitações antigas, reparação de casas, promoção da habitação social. Mas também no plano da educação, da saúde, da limpeza, dos esgotos, dos arruamentos, há soluções e alternativas que aparecem agora como soluções reais e possíveis.

Um plano efectivo, elaborado com antecedência, que permita acudir de imediato aos problemas causados pelas cheias e de apoio às vítimas das cheias, será também uma batalha prioritária, que implicará o apoio da Câmara.

Estão criadas em Miragaia as condições para que uma parte importante destes problemas sejam resolvidos.

Há em Miragaia uma Junta competente, honesta, disposta a trabalhar com a população.

Logo que os resultados foram conhecidos, espontâneas manifestações de alegria e regozijo a testemunhar a confiança na

signadamente do PCP, que foi bem patente em toda a campanha eleitoral».

«As eleições de Miragaia con-



As cheias têm agravado um dos já por si mais graves problemas de Miragaia: o problema da habitação

Tal como refere uma nota da DORP do PCP a propósito das eleições de Miragaia, independentemente de uma situação local própria, que estes resultados reflectem, eles assumem um eminente significado político nacional:

«Confirmam a impopularidade crescente da coligação reacçãoária, a perda de uma parte substancial da sua base política de apoio como consequência da política antidemocrática, antipovo e antinacional do Governo AD, a que se junta, no Porto, a actuação incompetente corrupta e obscura desta maioria na Câmara».

«As eleições de Miragaia confirmam por outro lado, a existência dum campo político democrático claramente maioritário, com crescente influência popular e crescente peso eleitoral, constituído designadamente por socialistas e comunistas. A APU e o PS atingem 73 por cento da votação. A coligação reacçãoária desce para 22 por cento. As eleições de Miragaia confirmam o aumento de influência, de capacidade mobilizadora e de prestígio eleitoral da APU e de

A fraseologia do PS e o que se esconde por detrás dela

Dirigentes do PS, particularmente o secretário geral, e a imprensa afecta àquele partido, nomeadamente o «Portugal Hoje», têm ultimamente vindo a insistir numa série de fantasiosas acusações contra o PCP. A estranha repetição de tais acusações tem um significado e esconde intensões bem determinadas, expostas e desmontadas com particular clareza num recente comunicado da SIP do PCP, em que se afirma, nomeadamente:

1. É cada vez mais claro para a opinião pública que os ataques e mistificações lançadas pelo PS sobre o PCP e a sua política mais não são do que uma cortina de fumo destinada a encobrir a orientação actual do PS, no exacto momento em que mete no saco a propalada «ofensiva do Outono» e adopta para com a «AD» uma atitude de colaboração, tão devotada quanto indigna.

Com efeito, os esforços desesperados do PS para atribuir ao PCP fantasiosas responsabilidades nas dificuldades de concretização de soluções de entendimento entre o conjunto das forças democráticas são uma clara manobra de diversão propagandística visando preparar um clima que dê aparente justificação aos seus efectivos compromissos com a «AD», designadamente em matéria de revisão da Constituição. Tal como noutras situações do passado, os dirigentes do PS recorrem à falsificação da política do PCP, ao anti-comunismo e à mistificação da natureza das divergências realmente existentes como forma de atribuir naturalidade às suas planeadas alianças com a direita.

2. É de extrema infelicidade e de notório mau gosto que dirigentes ou órgãos do PS pretendam lançar acusações sobre o PCP em matéria de política internacional. É hoje ponto largamente adquirido que PS é, de todos os partidos congéneres da Europa capitalista, o mais pró-americano e o mais atlantista, que o PS não levanta um dedo para criticar a política agressiva e reacçãoária da Administração Reagan, que o PS é favorável à instalação de mísseis nucleares americanos na Europa, não se opõe à produção da bomba de neutrões e subverte concepções geo-estratégicas caucionadoras de intervenções militares norte-americanas contra a luta libertadora dos povos em diversos pontos do globo.

3. As frequentes acusações que dirigentes do PS agora fazem de que o PCP combateria preferencialmente o PS e não a «AD» são um truque ridículo que a evidência dos factos desmente frontalmente.

Não oferece dúvidas para ninguém, nem mesmo para os próprios dirigentes do PS, que o PCP é o único grande partido democrático que combate, de forma firme e conse-

quente e em todas as esferas da vida nacional, a «AD», os seus governos e a sua desastrosa política e que consagra todas as suas energias ao objectivo de afetar a «AD» do governo e concretizar uma viragem democrática.

É exactamente em nome deste grande objectivo popular e democrático e em nome de uma maior eficácia no combate democrático à «AD» que se justificam e são necessárias e indispensáveis as críticas do PCP à orientação demissionista e colaboracionista que o PS assume face à «AD».

É exactamente em favor da unidade das forças democráticas e da viabilização de uma alternativa democrática à «AD» que se torna imperioso que os defensores dessa unidade e dessa alternativa desmascarem os projectos dos adversários da unidade democrática e dos protagonistas de acordos e compromissos com os partidos da «AD». Ninguém pode esperar que o PCP, por passividade, abdicando ou silenciando, se tornasse cúmplice indirecto de planos que só ajudariam à consolidação da reacção no governo e trariam novos e mais graves perigos para a democracia.

4. Na gravíssima situação que o povo, o país e a democracia atravessam, os democratas portugueses não podem deixar de reflectir seriamente sobre o significado concreto da actual orientação do PS.

Os dirigentes do PS, e de forma destacada o seu Secretário Geral, estando a «AD» no governo, *cansam-se a repetir que não farão alianças com o PCP*, com o grande partido da resistência anti-fascista, com o partido que participou de forma destacada na realização das grandes conquistas populares e na construção do regime democrático constitucional e que, recentemente, ao lado de todo o eleitorado socialista, deu uma contribuição capital para a extraordinária vitória democrática alcançada em 7 de Dezembro sobre a «AD», Soares Carneiro e o plano de subversão da democracia.

Mas em contra-partida, *os dirigentes do PS cada vez escondem menos a sua disposição de se aliarem e entenderem com partidos da «AD»*, com os partidos onde se integram herdeiros e saudosos do fascismo, com os partidos que quiseram eleger Soares Carneiro e que no governo conduzem uma guerra odiosa contra o regime democrático, as conquistas do 25 de Abril e as condições de vida e interesses do povo português.

A luta dos trabalhadores, os sentimentos unitários dos democratas portugueses, a sua comum determinação de derrotar a «AD» e garantir uma alternativa democrática têm mais força do que os planos dos dirigentes do PS e acabarão por ditar a última palavra sobre a solução necessária para a defesa e continuação do Portugal de Abril.

APU, aconteceram por toda a freguesia, chegando-se mesmo a improvisar uma festa com música gravada e a presença de Sérgio Mendes. Aí intervieram Joaquim Nascimento Oliveira Dias, José Morgado e Manuel Andrade que referiram a importância e o estímulo que se tornara o facto de Miragaia ser a primeira freguesia do concelho do Porto em que a APU ganhou as eleições autárquicas.

Pois como o comunicado da DORP do PCP viria sublinhar, os resultados das eleições da freguesia de Miragaia constituem uma grande vitória de todas as forças democráticas e progressistas, do movimento popular e dos trabalhadores do Porto, e devem transformar-se num valioso estímulo na luta geral contra o Governo «AD», pela defesa do regime democrático, por uma política democrática ao serviço do povo e do País.

A «AD» em queda livre nas autárquias

Para além das de Miragaia realizadas no passado domingo eleições intercalares na freguesia de Sazes de Briga (Sua-Guarda) e para a Câmara Municipal de Valpaços (Vila Real).

Embora os resultados finais difissem nos três actos eleitorais — a APU ganha em Miragaia, o PS em Sazes de Briga e o PSD em Valpaços — eles tiveram em comum duas constantes: a subida da APU e a descida da direita.

Com efeito, embora o PSD tenha ganho a Câmara de Valpaços perdeu cerca de três mil e quinhentos votos em relação à votação da AD em 1979. Mantém no entanto o mesmo número de vereadores (seis). O PS mantém igualmente o seu vereador, subindo de 1900 para 1924 votos; enquanto a APU aumenta de 299 para 302 votos.

Apesar da descida das forças de direita, não deixa de ser um caso para reflectir semelhante resultado, tendo em conta os escândalos públicos dados por Sobrinho de Moraes, tão acarinhado pelo PSD, a corrupção e o suborno com que se tornou notado.

Réu num processo-crime ainda por julgar no Tribunal de Valpaços, Sobrinho de Moraes estava por demais ligado ao partido de Pinto Balsemão para que este não fosse mais afectado num acto eleitoral a decorrer em condições normais. Os resultados estão no entanto ainda longe do que seria normal esperar. Porquê?

Sem prejuízo de análise mais ponderada, é legítimo pensar que o caciquismo reinante em Valpaços, a manipulação da informação, o obscurantismo, ainda continuam nos dias de hoje lá onde a reacção impera quase em absoluto a impedir o discernimento, a tomada de posições em defesa dos interesses da maioria do povo do concelho que nada tem a lucrar com os compadrios, as corrupções.

O que significa, de imediato, que o trabalho de esclarecimento a levar a cabo pelas forças democráticas está ainda no início, que há que continuar a sementeira dos ideais democráticos para no futuro colher os frutos da democracia.

Como começa a suceder agora em Sazes de Briga, freguesia onde desde 1976 o CDS e o PSD dominavam em absoluto, num terreno que têm vindo a perder progressivamente.

Depois de em 1979 ter ganho a liderança da Junta com uma ligeira diferença do PS (cinco mandatos contra quatro), a direita foi agora vencida. O PS recolheu 76 votos contra 54 da AD. A fraca participação no acto eleitoral — votaram 136 dos 320 eleitores — mostra no entanto que a gestão de direita só serviu para fomentar o descrédito nos órgãos autárquicos. Também ali se impõe recriar a imagem dos órgãos de poder local, conferindo-lhes a sua dignidade, a sua real importância na defesa dos interesses das populações.

DÍVIDA EXTERNA PORTUGUESA

(Fim de período)	Milhões de dólares			
	1976	1977	1978	1979
Dívida Pública	258	319	894	1 276
Dívida Garantida pelo Estado	328	488	613	829
Dívida do Banco de Portugal	1 166	1 681	1 924	1 616
Dívida Privada	1 140	1 939	1 987	2 862
TOTAL	2 892	4 427	5 420	6 583
(Milhões de contos)*	(91,2)	(176,4)	(249,4)	(327,7)

Fonte: Banco de Portugal * 450 milhões em 1980

Poder local

Votar na APU em Loures no interesse da população e para derrotar a aliança da direita com o PS

Os candidatos da APU, que deram sobejas provas de honestidade, trabalho e competência na Câmara de Loures devem voltar de novo a ser eleitos no interesse da população, da democracia e para derrotar a aliança da AD com o PS. Para tal é preciso trabalhar e trabalhar bem. Não subestimemos a força da reacção coligada com o PS no concelho de Loures.

As palavras são do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, e foram um alerta aos cerca de mil e duzentos participantes no Encontro de activistas da APU do concelho de Loures realizado no passado sábado no Pavilhão do Sacavenense.

Um alerta para a importância de levar a cabo uma intensa campanha de esclarecimento junto dos que antes votaram AD, sobre a sua vergonhosa política de total submissão aos interesses dos Estados Unidos, sobre o agravamento das condições de vida, sobre as promessas eleitorais que ficaram por cumprir.

Octávio Pato salientou ainda a necessidade de esclarecer os eleitores socialistas de que votar no PS é votar na coligação AD/PS, que em Loures funcionou desde que os resultados das eleições autárquicas de 1979 foram conhecidos.

A propósito, aquele camarada recordou os boicotes à gestão APU liderados pelos senhores Riço Calado e Mordido, perguntando em seguida se os presidentes de Junta PS existentes no concelho tinham visto o seu trabalho boicotado pelo executivo APU ou antes haviam recebido todo o apoio na resolução dos problemas do concelho.

Uma pertinente questão a que os socialistas deverão responder antes de decidirem em quem irão votar.

Como então salientou, o dever dos eleitos é traba-

lhado com honestidade no interesse da população do concelho. E se os eleitos do PS e PSD na Câmara não o quiserem nem souberem fazer, o mesmo não se passou com a APU.

A Câmara APU cumpriu. A Câmara APU deve continuar. Há que votar na APU — disse Octávio Pato.

Um sério alerta aos socialistas

No mesmo sentido foi a intervenção de Helena Cidade Moura, membro do Secretariado Nacional e vice-presidente do MDP/CDE, que louvando o trabalho desenvolvido pela anterior Câmara APU condenou vivamente o PS pelas suas alianças com a direita contra o Povo Unido e os interesses populares.

Referindo-se ao modo que a AD tem do poder local, bem patente na não aplicação da Lei das Finanças Locais, na falta da regionalização que vem sendo ensaiada, nas tentativas para alterar a lei eleitoral, a dirigente do MDP/CDE fez notar que uma aliança do PS com a AD para uma "nova" AD constituiria um profundo golpe para o poder local e para a democracia.

Com o que os socialistas não podem estar de acordo.

Esta seria aliás a tónica das restantes intervenções do Encontro, em que ficou claro que a importância das eleições de Loures transcende o âmbito concelhio para ser um pouco o balão de en-

saio da aceitação ou não pelas massas populares de uma coligação do PS com a direita. E uma vez mais os socialistas vão ter de assumir a responsabilidade de um processo que poderá ser decisivo para o futuro da democracia em Portugal.

Severiano Falcão, membro do CC do PCP e de novo cabeça de lista da APU, ha-

e responsabilidades.

O presidente da Junta de Freguesia de Odiveiras, se não escondeu a má gestão PS que antecedeu a APU nem por isso deixou de salientar o saldo positivo dos contactos com as organizações populares (mais de 500 em 1980), onde igualmente democratas de todas as tendências se dão as

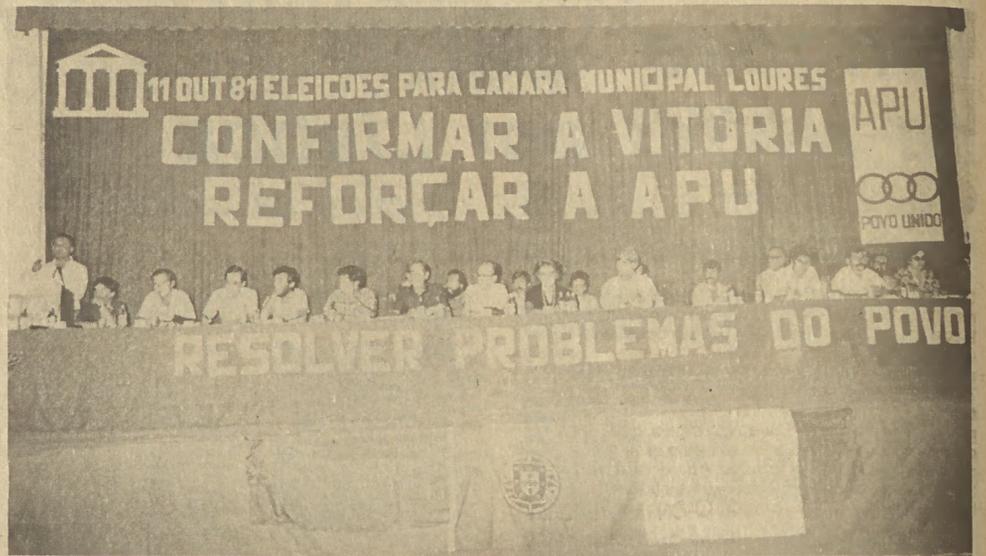


A juventude é uma presença viva e actuante no concelho de Loures

vias logo no início — ao apresentar um breve balanço da actividade da Câmara sob a sua presidência — referido o empenhamento popular no trabalho conjunto com o município para a resolução dos problemas concretos, sem partidários nem sectarismos, bem expresso aliás na descentralização de poderes

mãos na busca de soluções para os problemas da colectividade.

E o mesmo se poderia dizer das intervenções de Ilda Pires, do MDM; do Paulo Jorge, da JCP; do trabalhador da Fábrica de Louças de Sacavém, (onde em dois dias se recolheram 500 assinaturas de apoio à lista da



Confirmar a vitória, reforçar a APU, uma palavra de ordem para que é preciso trabalhar para que em Loures sejam eleitos os que deram provas de poder resolver os problemas do povo



O Encontro de activistas da APU em Loures marcou o arranque do trabalho para a campanha eleitoral que não vai ser fácil. Mas todos ficaram ganhos para levar a todo o concelho a importância do voto na APU

APU); ou ainda de Euclides Pereira, do CC do PCP e de Amélia Figueiredo, dirigente de uma Colectividade de Ca-

neças, independente, que apresentou os 66 candidatos da APU.

Todos eles, de uma forma

ou de outra, salientaram a importância do esclarecimento público, certos de que nenhum democrata cons-

ciente, honesto, votará contra os seus próprios interesses, contra a democracia.

Certos também de que todos os votos serão precisos para fazer frente à reacção coligada com o PS, aos pequenos partidos que se apresentam às eleições de Loures e mais não farão do que dispersar votos de esquerda. Para que, como recordou o camarada Euclides Pereira, o exemplo de Fanhões não se repita: ali a maioria absoluta não foi ganha por um voto!

O empenhamento de todos será fundamental para que todos os democratas votem na democracia.

Para que não mais, como disse Octávio Pato, se perca tempo em eleições antecipadas numa qualquer Loures em vez de no interesse da democracia, se realizarem eleições antecipadas em Portugal para derrotar a AD.

Uma proposta de trabalho

O Programa Eleitoral que a APU vai defender nas próximas eleições intercalares para a Câmara Municipal de Loures, em 11 de Outubro, não se limita — como salientou José Gouveia, membro do MDP/CDE, ex-vereador e de novo candidato pela lista do Povo Unido — a indicar aquilo que a APU se propõe realizar nos meses que restam de 1981 e durante o ano de 1982.

Na sua essência, o Programa Eleitoral da Aliança Povo Unido contém as propostas de trabalho que foram sabotadas e interrompidas pela aliança PS/AD na Câmara cessante e como sequência lógica as actividades prioritárias que é imperioso realizar em 1982/83 e até mesmo em 1984.

Não se pretende com isto antecipar a escolha dos gestores autárquicos que só o voto clarificará, mas tão só deixar claro que, ao contrário das medidas demagógicas apresentadas pelo PS/AD sem perspectivas de futuro, a APU considera irrealista avançar no desenvolvimento harmonioso de um concelho — que é o terceiro do país em termos de população e que se tornou e cresceu o mais desordenadamente possível — apenas com medidas a curto prazo. As tais a que a direita lamentavelmente o PS gostam muito de lançar mão em troca de dividendos eleitorais, mas que de facto não tocam nenhum dos problemas de fundo com que o concelho se debate e sem a resolução dos quais não há desenvolvimento possível.

O programa da APU é pois uma proposta séria de trabalho.

Saneamento e Meio Ambiente

A poluição dos cursos de água, que integram a rede hidrográfica do Trancão, por esgotos em grande parte provenientes dos concelhos envolventes, é considerado o problema mais grave que afecta a população do concelho de Loures. Ultrapassando o âmbito autárquico, a sua resolução implica a intervenção governamental, da Direcção-Geral dos Serviços Hi-

dráuticos e dos municípios vizinhos, estando a APU firmemente disposta a intensificar os contactos já desenvolvidos, a fim de levar conjuntamente por diante as obras necessárias e que estão estimadas em muitas centenas de milhares de contos.

Paralelamente, a APU pensa prosseguir a implantação de redes de esgotos e seu tratamento onde ainda não existem, particularmente nas zonas rurais, continuando a trabalhar em estreita ligação com as Comissões e Associações de moradores e com a sua mão-de-obra e verbas cedidas pela Câmara em resolução de muitos problemas que do outro modo o não seriam tão cedo.

No que toca à recolha do lixo, a APU pensa poder terminar a distribuição de contentores por todo o concelho até final do ano, uma vez estarem já encomendados os equipamentos necessários. Recorde-se, a propósito, que o equipamento do concelho com contentores para a recolha do lixo foi iniciada em 1975 e interrompida pela gestão de Riço Calado, em 1977.

Por outro lado, a APU dinamizará o processo de aquisição de terrenos para a instalação do programado aterro sanitário que visa substituir, em condições higiénicas e sem poluição, a calamitosa lixeira de Montemor. Os atrasos registados neste processo ficaram a dever-se à incú-

ria do ex-vereador do PS responsável pelo pelouro.

Vias de comunicação, transportes e trânsito

A já conhecida «fúria» do Povo Unido na construção e reparação de estradas e arruamentos iniciada em Janeiro de 1980 vai prosseguir, de modo a obter o máximo rendimento dos investimentos feitos em equipamentos adquiridos em 1980/81.

Também neste campo são essenciais as boas relações existentes entre o município, as Juntas de Freguesia e as organizações populares, para os chamados «trabalhos de fim-de-semana» realizados sobretudo nos bairros clandestinos e degradados. Já quanto às estradas nacionais que importa reparar, alargar ou aumentar (como a ligação entre St.ª Iria de Azóia e S. João da Talha, de modo a resolver a situação calamitosa do trânsito em Sacavém nas horas de ponta) dependem de outros organismos oficiais, junto dos quais a Câmara continuará a insistir para a tomada de medidas que se impõem.

O mesmo sucede com a melhoria dos transportes, em vias de concretização graças à persistente acção desenvolvida junto da RN e Carris, (e de que a actual C. Administrativa quer agora recolher os louros) e que para a criação de novas carreiras quer para levar até Moscavide e Sacavém eléctricos rápidos.

Quando ao Metro de Loures, ponto forte da campanha PS em 1979, cabe recordar que ainda nenhuma Sociedade Imobiliária conseguiu apresentar um traçado conveniente, sendo legítimo pensar que muitas das dificuldades neste campo foram criadas pela política PS/AD que ao servir a especulação eliminou os espaços necessários às vias de comunicação.

Ainda por iniciativa da APU foi iniciado o projecto de regulamentação de Trânsito do concelho, que não existia.

Água, electricidade e habitação

Dificuldades no abastecimento de água é uma das consequências do crescimento incontrolado do concelho de Loures. Embora a actividade desenvolvida pela APU tenha melhorado significativamente a situação desde 1980, muito há ainda a fazer neste domínio. Fruto da gestão do Povo Unido estão projectadas ou em curso obras de reforço da rede geral, bem como obras de rede e abastecimento ao domicílio nas zonas rurais e bairros clandestinos.

Ainda aqui foi e continuará a ser fundamental a participação dos moradores e das suas organizações de modo a permitir que mais rapidamente as redes de água cheguem a mais bairros. Outro tanto sucede com o fornecimento de energia eléctrica.

Uma vez mais importa continuar o trabalho já iniciado, de modo a reforçar as redes principais e a levar o abastecimento a zonas que ainda hoje não são servidas de electricidade, apesar de muitas dessas obras se encontrarem actualmente em curso.

No domínio da habitação as carências são enormes, estando a APU consciente de que só será possível minimizá-las com o empenhamento do poder central. O que não significa no entanto que os eleitos da Aliança Povo Unido não estejam dispostos a desenvolver esforços, a fazer planos, a construir e a promover a construção de modo a melhorar a situação existente no concelho.

Para além de prosseguir os empreendimentos já iniciados, a APU continuará a intervir junto

do FFH para o financiamento às Associações de moradores e Cooperativas de construção, a alargar a sua intervenção na reparação de habitações degradadas (foi solicitado para este fim um empréstimo de 10 mil contos), a adquirir terreno para depósito de infra-estruturado ser vendido à população a preços não especulativos; a incentivar a iniciativa privada (mas não os especuladores).

No fundo, prosseguir a actividade que as manobras PS/AD vieram interromper, em manifesto prejuízo para a população.

Melhorar as condições de vida

A inoperância, a incompetência, a sabotagem que caracterizou a acção dos ex-vereadores do PS e da AD à frente dos pelouros que os haviam sido confiados no anterior executivo, nomeadamente no campo dos equipamentos colectivos, serviu para demonstrar à população que de futuro tais tarefas terão de recair sobre eleitos do Povo Unido.

Porque só a APU mostrou estar em condições — ter vontade política — para construir escolas, cemitérios, mercados, centros para a 3.ª idade, jardins de infância, parques infantis, parques desportivos, creches, etc., etc.

O programa eleitoral reporta-se ainda ao desenvolvimento das actividades culturais e desportivas iniciadas com o anterior executivo APU — depois da gestão de Riço Calado ter eliminado, extinto, esse pelouro quando tomou posse!!! — bem como contribuir na medida do possível

para a melhoria das condições de saúde e assistência, que como se sabe dependem em grande parte de Ministérios e Serviços Centrais.

Também a construção clandestina merece a atenção do programa, que manifesta a disposição de continuar a apoiar a população dos bairros clandestinos na melhoria das suas condições de vida, avançando rapidamente na recuperação e legalização de tais bairros, dotando-os das infra-estruturas de que carecem.

Contrariamente ao PS e à AD, que consideram ser gastar dinheiro inutilmente, a APU prosseguirá a ceder máquinas e materiais às organizações populares de base para a realização de obras mais urgentes e de maior necessidade para as populações, previstas nos planos de recuperação dos clandestinos.

Como continuará a trabalhar na reestruturação dos serviços do município, de modo a dotá-lo dos meios necessários para responder às solicitações crescentes da população.

A realização de um plano de ordenamento concelhio é outra das propostas de trabalho da APU, que o considera fundamental para a concretização de uma política urbana e para a promoção e controlo do desenvolvimento socioeconómico, para a defesa do meio ambiente e do património histórico, cultural e arquitectónico da região.

Para levar a cabo um tal programa — apenas esboçado, como referiu José Gouveia — Loures precisa de um executivo que cumpra.

A Câmara APU cumpriu. Quem sabotou o seu trabalho e deliberadamente o interrompeu só demonstrou não saber nem desejar trabalhar para benefício das populações. O povo de Loures saberá julgá-los na hora do voto.

Ex-eleito do PS afirma:

«Não dei cobertura a manobras sujas»

Da gestão APU na Câmara de Loures, dos boicotes da aliança PS/AD a essa gestão, muito se disse no Pavilhão do Sacavenense, no passado sábado.

Das intervenções ali feitas por muitos homens e mulheres que de perto viveram uma situação que culminou na queda da Câmara e na realização de eleições intercalares, uma tocou mais fundo a sensibilidade dos mais de mil participantes no Encontro — a de Pedro Sousa, eleito em 1979 na lista do PS para a Junta de Freguesia de Sacavém, hoje candidato independente da lista da APU para a Câmara Municipal de Loures.

Na sua curta intervenção, Pedro Sousa começou por confessar que em 1979, quando foi eleito tesoureiro da Junta, tinha uma ideia muito diferente da APU e em particular dos comunistas, devido ao sectarismo cego que existe no PS



mo, o compadrio, os interesses dos grandes construtores é preciso votar na APU.

Quantos outros socialistas — pessoas honestas, trabalhadores, democratas — não pensarão como ele? Quantos outros não se in-

«Tinha uma ideia muito diferente da APU e em particular dos comunistas» (...). «Hoje estou do mesmo lado da trincheira, do mesmo lado dos que defendem a democracia, com a APU».

em relação aos comunistas.

Porém, depois — disse — através dos contactos com os eleitos da APU e em particular com Severiano Falcão, um homem que tem feito tudo pela unidade dos democratas, para resolver os problemas do concelho, mudei de opinião.

Como homem honesto, como trabalhador, como democrata, sinto-me hoje diferente.

Por não estar de acordo com a aliança do PS com o PSD no País e no concelho — que levou à queda da Câmara e pretendia levar também à queda da Junta — não dei cobertura a essa suja manobra.

Por isso estou hoje do mesmo lado da trincheira, do mesmo lado dos que defendem a democracia, com a APU.

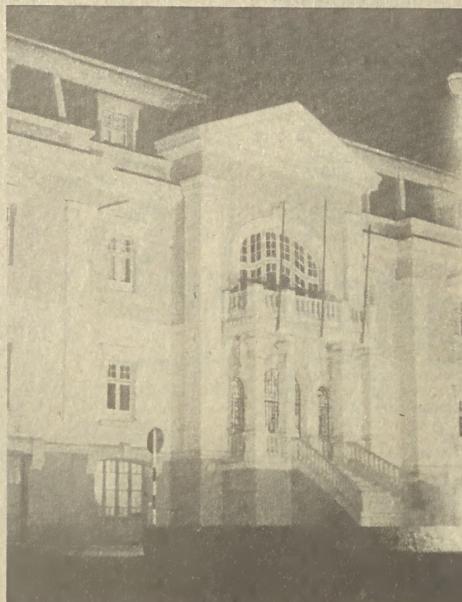
Ex-socialista, hoje independente, o democrata Pedro Sousa sabe do que fala quando alerta, como alertou no sábado, que para derrotar nas urnas o oportunis-

terrogarão sobre o boicote cerrado à gestão APU, as alianças com a direita, a demagogia barata dum Comissão Administrativa que marginaliza a força mais votada do concelho enquanto anuncia, como suas, obras que a APU promoveu ou criou condições para que hoje se tornassem realidade?

Quantos não se sentirão enojados com a suja manobra do «Passelo e Almoço para Reformados», amavelmente oferecido por uma Comissão Administrativa composta por homens que cautionam as pensões de miséria que os reformados recebem para morrer de fome?

Quantos, como Pedro Sousa, não meditarão nesta suja manobra demagógica e não se sentirão envergonhados pelo PS?

A esses homens e mulheres, como aos que por enganos de cantos de sereia votaram AD, há que levar a palavra de ordem gritada por Pedro Sousa em Sacavém: Viva a Unidade! Viva a APU!



Levante-se o réu!

A Comissão Administrativa da Câmara de Loures, liderada pelos senhores Mordido e Riço Calado, fez saber através do «Portugal Hoje», vai para quinze dias, que estava em vias de decidir sobre eventual procedimento judicial contra o anterior executivo APU.

Sobre os «crimes» de que se acusava a APU pouco se sabia, para além das habituais arengas para uso eleitoral de certas forças.

A ponta do véu foi finalmente levantada na reunião extraordinária (que eles agora reúnem muito) da Comissão Administrativa do passado dia 9 quando — levante-se o réu! — o camarada Severiano Falcão foi (in)formalmente acusado:

- 1.º — de não ter permitido à múltipla PS/Riço Calado/AD sabotarem o futuro do Bairro do Casal do Marcos (Moscavide);
- 2.º — de ter mandado executar obras de limpeza e pin-

tura nas paredes exteriores do edifício dos Paços do Concelho.

Não é anedota, embora pareça. Trata-se, isso sim, de um pretexto esfarrapado — na falta de outros — para desviar as atenções dos verdadeiros atropelos à lei feitos pela gestão PS/Riço Calado em 1976/79.

Como refere um comunicado de Imprensa da APU de Loures sobre o assunto, tais acusações não passam de uma manobra de diversão da Comissão Administrativa PS/AD, num momento em que lhe é imperioso passar uma espina sobre a gestão do município no período 1976/79.

Doutro modo — interroga a APU — que dirá o senhor Mordido, ex-vereador do pelouro dos licenciamentos de construções, da atitude do seu grande amigo e correligionário Riço Calado quando este, por sua

alta recreação, fez uma adjudicação de valor superior a 50 mil contos, sem concurso público?

Como o referido comunicado faz notar, a insistência obcecada do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Loures em lançar acusações à APU faz lembrar a velha história do ladrão que, para despistar, começa a gritar «agarra quem é ladrão».

A APU nada tem a esconder da sua gestão, afirma, pois realizou em ano e meio que esteve à frente da Câmara de Loures um trabalho de largo alcance para o bem-estar das populações e o progresso do concelho, podendo afirmar com toda a segurança que fez muito mais neste período do que o PS/Riço Calado/AD em três anos.

O comunicado prossegue salientando que as provocações gratuitas e grosseiras do sr. A. Mordido

são manobras demagógicas, feitas à custa dos dinheiros do município, constituindo mais um prejuízo para as populações do concelho já grandemente afectadas com as manobras do PS/AD que levaram à interrupção do trabalho da APU na Câmara.

E termina reafirmando a disponibilidade da APU para discutir com quem quer que seja, em debate público, nomeadamente na RTP, o que foi o seu trabalho no município de Loures.

Recorda-se que tal debate foi muito falado antes da queda da Câmara, antes da coligação PS/AD ter «democrática e pluralisticamente» marginalizado a força mais votada do concelho (a APU) da Comissão Administrativa que hoje domina na Câmara de Loures.

Agora, quem quer debates públicos?

Trabalhadores

Nos têxteis Duro processo de luta pelo Contrato

Severamente condenada a posição dos divisionistas

Desde Junho findo (para só referirmos as mais recentes iniciativas) que os trabalhadores têxteis em todo o País desenvolvem um duro processo de luta, em condições muito difíceis, que exigem a solidariedade activa dos restantes trabalhadores. Trata-se, como é sabido, de obter um contrato de trabalho único e vertical, isto é, que abarque todo o pessoal do sector — um contrato digno, que contemple as necessidades vitais de uma grande massa de assalariados com maioria do trabalho feminino e onde continuem a registar-se os mais baixos salários de toda a actividade industrial.

A primeira fase da luta, iniciada em Junho, obrigou o patronato a prometer sentar-se à mesa de negociações. Depois a luta entrou em nova fase porque o patronato, embora aceitasse por fim negociar, não foi além dos 15 por cento de aumento, ou seja menos de metade do que é exigido pelos trabalhadores e pelos sindicatos.

Entretanto segundo os considerandos do pré-aviso de greve, assinado por 26 associações sindicais, «o patronato faltou a todas as reuniões», marcadas até agora, e não mostra qualquer disposição para negociar.

Aberto apenas o caminho da luta, os trabalhadores decidiram-se mais uma vez pela greve a nível nacional com início na última terça-feira, dia 15, em que parou o subsector do vestuário nos distritos do Norte.

A greve prosseguirá, se a posição do patronato não mudar. Paralisações diárias foram anunciadas para 16,

17, 18, 21 e 22 do corrente e serão observadas por zonas e subsectores.

Os trabalhadores e sobretudo trabalhadoras (cerca de 200 mil em todo o País) estão na disposição de manter as suas reivindicações bem como as conquistas alcançadas nos contratos anteriores. Décimo terceiro mês completo, férias e respectivo subsídio pago por inteiro, redução dos horários de trabalho, liberdades sindicais e plénários de empresa — são algumas dessas conquistas de que os trabalhadores não abdicam.

Ao mesmo tempo exigem no novo Contrato tabelas salariais que correspondam pelo menos ao aumento do custo de vida; um subsídio de alimentação idêntico ao já praticado em outros sectores; redução progressiva do horário de trabalho; 40 por cento para o trabalho nocturno em cordoaria e redes; e regulamentação de um prémio de assiduidade que aca-

be com o corte das regalias existentes.

O papel dos divisionistas

No decorrer do processo de luta revelou-se, entretanto, o papel desempenhado pelos divisionistas do «Sindetex-UGT». Veio ao de cima com clareza o seu papel de traição, principalmen-

te quando assinou com o patronato, sem legitimidade nem representatividade para tanto, um «contrato» que a incontável maioria dos trabalhadores considera um atentado aos seus interesses.

Um comunicado recente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couro e Peles de Portugal repudiava a assinatura desse «contrato», com um aumento salarial de apenas 22 por cento.

Além disso, os divisionistas permitiram que o horário de trabalho nos lanifícios, que era de 42 horas e meia

fosse aumentado para 45 horas semanais.

Entre outras regalias anteriormente alcançadas, que os divisionistas tentaram roubar aos trabalhadores com a assinatura do seu «contrato», figura o 13.º mês. Este passaria a ficar sujeito às faltas, mesmo as dadas por doença.

O «Sindetex/UGT», segundo o «contrato» que a maioria dos trabalhadores não aceita, (comprova-o o processo de luta agora desencadeado por 26 associações sindicais representativas) acabaram com os

plénários de fábrica, com a tolerância de 15 minutos na entrada para o trabalho. Aceitaram até diminuir o tempo para consultas médicas e tratamentos.

Mais uma vez fica bem provada a necessidade de isolar os fomentadores do divisionismo sindical, esclarecendo os trabalhadores sobre os seus direitos, reforçando a unidade e a organização mediante acções concretas como a que agora desenvolvem as associações sindicais representativas dos trabalhadores de um grande sector da economia nacional.



Na Algot, há uns anos, quando trabalhadoras e trabalhadores se encarregaram de defender a empresa e os postos de trabalho fundando uma cooperativa

Banca Gestores de quê? Pagos por quem?

Depois de uma crítica factual à actuação dos governos «AD», «incapazes de resolver os problemas dos trabalhadores e do povo português», a célula do PCP no Banco Borges & Irmão, em Lisboa, alerta mais uma vez contra a desnationalização do sector, acusa os gestores actuais de actuarem ilegalmente nesse sentido e põe a Comissão de Trabalhadores do Banco perante uma série de responsabilidades não assumidas, ou nem isso, cabendo «aos trabalhadores analisar o que pretendem e repudiar aqueles a quem foram dadas responsabilidades e representatividades e delas se demitirem». Ela, segundo a lei pelo método de Hondt, a CT deveria contar com vários empregados afectos à «AD». Mas dos 5 elementos eleitos nessas condições «apenas 2 se mantêm em efectividade de funções», revelava a célula do PCP em 26 de Agosto. Preocupada com os postos de trabalho, com as carreiras profissionais com a aplicação integral do CCTV (contrato colectivo), com as regalias sociais e outras questões relacionadas com a vida da empresa, a célula afirma que os gestores actuais do banco nacionalizado estão «muito mais apostados na destruição» do BBI do que no «seu crescimento e prestígio».

A política da «AD», realfima a célula, é mesmo essa: criar espaço para a actuação das sociedades financeiras e de novos bancos privados. A política da «AD» e dos seus gestores colocados na banca nacionalizada repele, em contrapartida, uma gestão orientada para o desenvolvimento do País, nomeadamente para o «apoio às UCP's, às cooperativas, aos pequenos e médios produtores, aos pequenos e médios comerciantes, às PMEs, que também são e representam, afinal, a grande força de iniciativa privada» no nosso país.

As questões, as críticas, os protestos da célula do PCP no BBI têm um fundamento muito sério e, na maioria dos seus aspectos, aplicam-se a toda a banca nacionalizada principalmente no que respeita à «concentração de capitais em grandes grupos monopolistas» em detrimento efectivo do desenvolvimento do País.

2.º Congresso dos metalúrgicos

Os metalúrgicos que, pela elevada adesão aos sindicatos defensores da unidade e pela capacidade de luta demonstrada com êxitos comprovados, como o recente aumento salarial de 24 por cento, enfileiram entre as maiores organizações sindicais do País, marcaram em plenário de sindicatos o 2.º Congresso da Federação (FSMMP) para 5, 6 e 7 de Dezembro próximo.

Aprovado o orçamento do Congresso, os representantes daquela organização nacional que, como se sabe, inclui os sindicatos mineiros, programaram várias reuniões regionais e de empresa para debate do anteprojecto de programa de acção.

Esse debate, segundo afirmaram posteriormente dirigentes da FSMMP, nada terá de parecido com uma ratificação do documento agora apresentado. Actuar-se-á, pelo contrário, no sentido de um enriquecimento do programa através de propostas de alterações e de emendas postas à discussão.

O II Congresso da FSMMP, que arrancou na reunião plenária de 10 do corrente, inclui entre as tarefas e as preocupações centrais do seu programa a defesa do regime democrático e designadamente a «firme defesa da actual Constituição, fruto da luta dos trabalhadores».

Os representantes da Federação sublinharam o aumento actual das ameaças e dos perigos contra os direitos e liberdades sindicais e reafirmaram a sua decisão e a dos trabalhadores que representam de combater este governo — inimigo declarado dos direitos e interesses das classes trabalhadoras. Os metalúrgicos contam ainda entre as preocupações centrais do seu II Congresso e cooperação e a solidariedade com os trabalhadores de todo o mundo.

Naturalmente, e como foi sublinhado, o melhor dos esforços da FSMMP continuará virado, como até aqui, para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho dos metalúrgicos solidários com os restantes trabalhadores portugueses.

Sábado em Évora 5.º Encontro/convívio dos ferroviários (e de quem quiser)

Depois de amanhã, sábado, 19, os trabalhadores ferroviários do Sul reúnem-se no 5.º Encontro anual de «convívio e confraternização». Organizado pelo seu Sindicato, o Encontro, que decorrerá no Rossio de S. Brás, em Évora, é «substancialmente melhorado» este ano, afirma a direcção sindical, «quer no que respeita a apoio aos trabalhadores, quer no que se refere às actividades constantes do seu programa».

Sob o lema «contra o divisionismo reforçar a unidade», a iniciativa sindical dos ferroviários do Sul constará de provas desportivas, incluindo um jogo de futebol; pintura para crianças; convívio com representantes do poder local, movimento sindical e Reforma Agrária. Um espectáculo musical foi também anunciado pelo Sindicato com a participação de Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, Edmundo Silva, Luís Basto, João Fernando, Conjunto Trigo Limpo e Grupo Coral dos Ceifeiros de Cuba.

O 5.º Encontro, que encerrará com um «animado baile», terá serviço de bar e restaurante, um mercado da Reforma Agrária e «uma exposição denominada "Os Tempos Livres dos Ferroviários" onde alguns trabalhadores exporão obras dignas de serem observadas e que representam o produto do seu trabalho nas horas vagas».

No próximo sábado, dia 19, «ninguém deve deixar de ir a Évora», apela o Sindicato, que chama a atenção dos trabalhadores para os transportes, nomeadamente para o comboio especial que «está tentando organizar».

Não despedir!

Desde 1975 que os trabalhadores vidreiros e as suas organizações reclamam a reestruturação do sector. Os seus problemas não se resolvem despedindo em massa trabalhadores contratados a prazo, como sucede na empresa Ivima, da Marinha Grande.

Esse meio de aumentar o desemprego, afectando neste caso como em muitos outros os jovens trabalhadores, é denunciado publicamente pela Comissão Concelhia da Marinha Grande da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) que reclama o cumprimento do direito ao trabalho e condena os atentados da «AD» e do patronato afecto contra os direitos constitucionais.

A JCP da Marinha Grande, tratando de um problema nacional que interessa a todos os jovens e a todos os trabalhadores, apela ao reforço da luta contra os despedimentos, o desemprego, os contratos a prazo, e salienta a necessidade de defender os postos de trabalho.

Nos seguros: Recordar para viver

Numa intervenção em defesa da nacionalização do sector e das nacionalizações em geral, a célula do PCP na empresa Fidelidade, Grupo Segurador, EP, afirma na «Cartelha» de Agosto, entre outros assuntos de interesse, que «a recuperação económica do sector de seguros passa pela intervenção actuante e consciente dos trabalhadores». Num apelo à reflexão sobre o que representaria o regresso ao passado, nomeadamente quanto aos postos de trabalho, à segurança do emprego e aos despedimentos, a célula recorda que antes das nacionalizações «era prática frequente»:

- Ordenar «reformas compulsivas quando o estado físico do trabalhador era precário»;
- Admitir trabalhadores eventuais, ou mesmo alugá-los em empresas que tinham «reservas»;
- Demitir «trabalhadores à beira de uma promoção profissional obrigatória», chegando depois a admiti-los em «condições de remuneração inferior»;
- Despedir «empregados idosos, sempre que possível com salários elevados» e admitir «empregados mais novos e inexperientes, logo menos exigentes» em matéria salarial.

A célula destaca a «maior estabilidade de emprego e a dignificação do respectivo estatuto profissional» trazidas aos trabalhadores dos Seguros pelas nacionalizações.

Algot e outras lutas

Despedimentos, ruptura dos contratos, formas de repressão continuam a acompanhar a chamada «crise» nos têxteis, vestuário e subsectores afins. Só que a «crise», ou o que os capitalistas querem dar a entender com isso, afecta apenas os trabalhadores e as vítimas são cada vez em maior número. Desta vez o flagelo dos despedimentos colectivos com salários por pagar atinge os cerca de 1000 trabalhadores da Algot, na maioria mulheres. O patrão sueco fechou a fábrica ilegalmente e não pagou os 4 meses que deve ao pessoal. A nítida situação de lock out, proibido como se sabe pela lei portuguesa, deveria exigir a imediata intervenção das autoridades, neste caso, pelo menos, da Inspecção do Trabalho. A fábrica, nos arredores da Póvoa do Varzim, está fechada vai para quinze dias. A intervenção e

as diligências dos Sindicatos continuam. A USP/CGTP-IN «manifesta aos trabalhadores em luta na Algot a sua inteira solidariedade e apoio» ao mesmo tempo que «exige do governo e do patronato o cumprimento da legalidade democrática».

Ainda na Póvoa do Varzim, a empresa Felix, pertencente também ao sector têxtil e empregando cerca de 100 trabalhadores, abriu falência (autêntica ou fraudulenta, não se sabe) com milhares de contos de divisas ao pessoal.

Os trabalhadores da Felix mantêm ocupadas as instalações da empresa.

A Comissão Concelhia do PCP da Póvoa do Varzim divulgou um comunicado solidarizando-se com os trabalhadores despedidos, condenando a política do Governo e exigindo uma tomada de posição da respectiva Câmara Municipal. Nas Caldas da Rainha os tra-

balhadores da Audio Magnética, sem salários há 10 meses, adoptavam entretanto como forma de luta contra essa situação criada pelo patronato o corte do trânsito nas estradas que ligam aquela cidade a Óbidos e a Lisboa.

Corte da estrada Lisboa-Porto em 3 locais diferentes foi também a forma de luta escolhida pelos trabalhadores da A. Suplico (obras públicas) que constroem o troço da auto-estrada entre Mealhada e Condeixa. Na maioria são contratados a prazo que, no princípio desta semana ainda não tinham recebido os salários de Agosto, nem obtido garantias de os vir a receber.

A Comissão Distrital de Coimbra do PCP, solidária com «a justa luta» dos cerca de 600 trabalhadores da A. Suplico, estranha que numa empresa dessa envergadura «deixe degradar a situação financeira ao ponto de não ter dinheiro para pagar os salários aos trabalhadores». Na Mocar (Lisboa) foi anun-

ciada uma paralisação na última terça-feira durante todo o dia para convencer a administração a receber a Comissão de Trabalhadores e a negociar com ela um caderno reivindicativo.

Por várias formas e motivos variados, embora predomine a questão salarial, estão ainda em luta motoristas e ajudantes marítimos de Matosinhos, os ajudantes de farmácia, trabalhadoras da Ormis, barragem de Crestuma-Lever, Torralta, chapelaria de Aveiro (paralisação recente), hotelaria e turismo (preparação para a luta) e pescadores. A estes últimos nos referiremos noutra local desta edição.

Segundo a informação recolhida de várias fontes, a participação dos trabalhadores na luta, excepcional em alguns casos, é normalmente muito boa, atingindo percentagens que obrigam (ou deviam obrigar) a ter em conta as posições justas dos trabalhadores e das suas associações sindicais.

Não recuaremos — adverte a CGTP-IN

Plenário nacional depois de amanhã

A CGTP-IN, Central unitária dos trabalhadores, reúne no próximo sábado o seu Plenário nacional. A reunião segue-se à do Secretariado, convocada para ontem.

Num comunicado distribuído há cerca de uma semana, que não nos chegou a tempo de a ele nos referirmos na edição anterior do «Avante!», a Central reafirmava (e esse será um dos temas que maior atenção merecerá, segundo se prevê, da reunião plenária) que «lutará pelas reivindicações dos trabalhadores e nomeadamente pela satisfação das reivindicações centrais do Movimento Sindical, as quais apontam para a entrada em vigor, no próximo dia 1 de Outubro, dos seguintes valores para o salário mínimo nacional: 11 200 escudos; rurais, 9600 escudos; domésticas, 7500 escudos; e pensões do regime geral, 5600 escudos; do regime

rural e pensão social, 4800 escudos».

A agenda do Plenário, por anunciar na altura da redacção desta nota, incidirá ainda, segundo tudo leva a crer, sobre os perigos que apresenta a reentrada em funções do executivo «AD», agora reforçado com «elementos mais hostis ao regime democrático-constitucional», perigos perante os quais a Central não recuará.

O comunicado que acabámos de citar refere ainda, entre as consequências da «recomposição do Governo AD/Bal-semão», a intensificação dos «ataques às conquistas de Abril» e a insistência em «soluções que, por estarem desajustadas da realidade portuguesa, conduzirão ao agravamento da crise profunda que o País atravessa».

Esse agravamento conduzirá forçosamente ao «reforço da luta dos trabalhadores», assinala

o comunicado. Recordando «declarações já proferidas por alguns ministros e confirmadas pelo Primeiro-Ministro», o documento chama a atenção para o facto de o Governo recomposto se preparar «para cumprir fielmente os compromissos já assumidos no chamado "Congresso das Actividades Económicas", bem como o acordo já negociado com o FMI, o que representa a sua total submissão aos interesses da CIP, CAP e CCP (as confederações do grande patronato da indústria, da lavoura e do comércio, respectivamente) e das multinacionais».

A pretensão de desencadear «novos ataques aos interesses e direitos dos trabalhadores», a CGTP-IN oporá uma firmeza reforçada «não permitindo que os direitos dos trabalhadores, legalmente consagrados, venham a ser postos em causa».



Na Ormis um objectivo comum à grande maioria das lutas: o aumento de salários através da contratação, através dos cadernos reivindicativos

Fecho

A partir de agora os gestores de empresas públicas como os Correios, Telefones, CP, etc., que a gente conhece por aparecerem de vez em quando na televisão dizendo «coisas» dos sindicatos e dos trabalhadores em greve, podem ganhar 100 contos por mês. É de aplaudir. A decisão tomada em Conselho de Ministros, que aumenta em cerca de 40 contos esse máximo tão máximo, aproxima ainda mais da Europa os gestores «AD» em «latitudes e longitudes», como gosta de dizer o Primeiro-Ministro, muito preciso nestas questões da geografia.

É pena que não suceda o mesmo com os salários mínimos nas latitudes e longitudes de Trás-os-Montes (é um supor) onde o ar é bom, puro e as caras lavadas de que tanto parecia gostar, também na televisão, ainda há meses o mesmo Primeiro-Ministro.

Quando os salários mínimos nacionais mal dão para as batatas, os responsáveis por empresas que o Governo está sempre a acusar de darem prejuízo podem auferir salários desses? É de aplaudir. Principalmente quando se trata na quase totalidade dos casos, ou pelo menos naqueles que verdadeiramente contam, de postos (melhor: postas políticas) que não exigem nenhum mérito profissional demonstrado, nem sequer habilitações que o escondam.

É de aplaudir.

Pescadores param a 100 por cento

Na próxima terça-feira, uma semana depois da greve de 48 horas que mobilizou a 100 por cento os trabalhadores da pesca do arrasto por toda a costa, a Comissão Negociadora Sindical terá uma reunião em Matosinhos com os representantes do patronato que, além de quererem manter alguns salários abaixo do mínimo nacional ainda tentam retirar regalias constantes do contrato anterior. Os salários-base oscilam actualmente entre 6250 e 8000 escudos mensais. Os pescadores e os seus sindicatos propõem aumentos da ordem dos 20 por cento sobre esses salários-base.

Decidiu em plénários realizados pelos cerca de 1300 pescadores do arrasto costeiro (carapau, sardinha e outras espécies) em Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Lisboa, Portimão, Olhão e Setúbal, a greve de 48 horas deve-se fundamentalmente à prepotência do patronato, que quer impor condições de exploração ainda piores que as vigentes.

A anulação de regalias é uma tentativa reveladora da má vontade com a qual os donos dos barcos encaram as negociações para a revisão legal do Contrato Colectivo de Trabalho. Além do irrealismo das propostas patronais, no que respeita a salários,

há ainda divergências devidas à intransigência dos patrões quanto ao descanso semanal e à caldeirada, nome por que é conhecida a forma de remuneração suplementar muito antiga, que consiste no direito de cada pescador a levar 2 quilos de peixe no fim de cada dia de trabalho.

O patronato tenta, por outro lado, que as percentagens de pesca dos trabalhadores recaiam apenas sobre 80 por cento da receita bruta e não sobre o total como sucede agora. Elementos da Comissão Negociadora Sindical, em declarações públicas afirmaram, com base nessa tentativa, «que os armadores não só não aceitam qualquer aumento como ainda querem reduzir os salários».

No que respeita à caldeirada, os sindicatos propõem que os dois quilos de peixe sejam retirados de bordo directamente.

«O patronato pretende — acrescenta a CNS — que ele (o peixe) passe primeiro pela luta para poder escolhê-lo e ser ele (patronato) a dividi-lo em função do que mais lhe convier».

Transportes No Porto continua repúdio contra aumentos

Os protestos contra o aumento das tarifas dos transportes públicos não se limitam às conversas particulares, aos encontros casuais e até a alguma «re-signação» que os papagaios da direita sempre conseguem descobrir «espontaneamente» no

meio da população. No Porto, por exemplo o aumento dos transportes continua a suscitar formas de repúdio vivo, colectivo e público. Um abaixo-assinado, posto a circular contra o exagero incomportável do preço dos bilhetes,

já ultrapassou os 10 mil e 500 assinaturas. O documento, que será entregue ao Primeiro Ministro e à Assembleia da República, reclama a revogação dos aumentos. Ainda recentemente na cidade do Porto as principais zonas

de baixa eram ocupadas com bancas de propaganda contra o escândalo das nova tarifas.

O governador civil daquele distrito norteño recebia entretanto um documento de protesto da população, comprometendo-

-se a transmiti-lo ao Governo e a obter deste uma resposta.

A população do Porto continua assim a manifestar o seu protesto contra o aumento dos transportes e a exigir a sua revogação.

PCP

O camarada Yusuf Dadoo em Portugal

A visita do Presidente do PC Sul-Africano reforçou os laços entre os dois partidos

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, deslocou-se a Portugal, numa visita que se prolongou de 10 a 15 de Setembro, o camarada Yusuf Dadoo, Presidente do Partido Comunista Sul-Africano e Vice-Presidente do Conselho Revolucionário do ANC. No próprio dia da sua chegada, o camarada Yusuf Dadoo manteve conversações com uma delegação do PCP, composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e por Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central.

O Presidente do Partido Comunista Sul-Africano teve um encontro com a Direcção e numerosos representantes do Movimento Português Contra o Apartheid e realizou uma Conferência de Imprensa no Centro de Trabalho Vitória do PCP, onde fez uma exposição sobre a luta do povo sul-africano contra a ditadura racista de Pretória. Ao longo dos dias em que esteve no nosso país, o camarada Yusuf Dadoo realizou diversas visitas.

Primeiro à TepClima, Cooperativa de Técnica e Projectos de Indústrias Térmicas em Lisboa, onde contactou com a direcção e os trabalhadores. Sábado, dia 12, foi recebido no Couço, concelho de Coruche, pelo camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, e outros responsáveis locais e concelhios do PCP. Visitou a Oficina de Reparação de Máquinas, estufas de tabaco de diversas UCPs e Cooperativas Agrícolas da região, confraternizando com os trabalhadores da UCP «23 de Julho», na Aldeia Velha. Foi recebido na Câmara Municipal de Coruche pelo presidente e vereadores e técnicos do município, tendo também visitado a zona industrial, o parque de máquinas e instalações desportivas e sociais criadas pela Câmara. Num momento culminante da sua estadia no nosso país, o Presidente do Partido Comunista Sul-Africano participou num grandioso comício de solidariedade realizado em Alhandra.



Encontro com o secretário-geral do PCP

Comício

Quando na noite da passada sexta-feira, 11, o camarada Yusuf Dadoo, presidente do Partido Comunista Sul-Africano, entrou acompanhado pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no vasto salão da Sociedade Alhandrense, a multidão que se reuniu (cerca de 1200 pessoas) levantou-se como só se levanta para saudar o chefe de Estado do nosso país, o que marcou o início do comício organizado pelo PCP e pelo PCAS em honra do convidado dos comunistas portugueses emocionado.

O palco onde se instalou a mesa de cabeceira para o comício apresentava a toda a largura da boca de cena a frase «Viva a Amizade PCP - PCAS» enquanto ao longo das duas paredes laterais se defrontavam duas consignas — «Abaixo o imperialismo e o racismo» e «Liberdade para Mandela e todos os patriotas presos» — bem elucidativas da firme solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta da PCAS e das forças que com ele integram o Congresso Nacional Africano contra o odioso regime do «apartheid».

Álvaro Cunhal

«O movimento revolucionário mundial na diversidade das suas componentes é hoje mais forte que nunca»

Camaradas:

Na África do Sul, os racistas que detêm o poder impõem o vergonhoso e cruel *apartheid*, levam a cabo uma política de repressão contra o próprio povo e de opressão e de guerra contra os povos vizinhos, recusam a independência ao povo da Namíbia, perseguem os comunistas e todas as forças progressistas, massacraram os trabalhadores, foram o PCSA e o ANC à clandestinidade, prendem, torturam, condenam à prisão e à morte os mais destacados e firmes militantes.

Pelo muito que sofremos e pela solidariedade que recebemos, nós, comunistas portugueses, avaliamos o que significa ser-se perseguido na própria pátria e receber-se além fronteiras um abraço fraterno.

Por isso, neste comício de amizade, queremos aqui repetir, com sentimento de profunda fraternidade, ao camarada Dadoo que entre nós representa os comunistas da África do Sul:

«Bem-vindo seja a Portugal liberto do fascismo e do colonialismo. Os comunistas portugueses e, com os comunistas, os trabalhadores e todos os homens e mulheres progressistas de Portugal, estão ao vosso lado, ao lado do PCSA, ao lado do Congresso Nacional Africano (ANC), ao lado do povo da África do Sul, na sua luta heróica. Lutais em condições cruéis. Mas não duvidamos de que a vitória será vossa!»

A evolução mundial

Perante as iniciativas agressivas do imperialismo norte-americano e a frenética propaganda de delas faz a comunicação social, há quem se deixe influenciar e conclua que o mundo está a girar e o tempo está a correr a favor do imperialismo.

Esta ideia é completamente falsa. A análise da evolução mundial nos 36 anos decorridos depois do fim da Segunda Guerra Mundial e mesmo no espaço mais limitado dos últimos 20 anos, mostra de maneira irrefutável que as forças da democracia, da independência nacional, do progresso e do socialismo, alcançaram extraordinárias vitórias históricas que modificaram a face do mundo.

Sem dúvida que nem tudo foram derrotas para o imperialismo. Com intervenções militares, agressões, pressões económicas, ameaças, conspirações, terrorismo, exportando a contra-revolução, o imperialismo conseguiu esmagar ou estancar movimentos revolucionários, colocar no poder ditaduras terroristas, dominar económica e politicamente numerosos Estados, criar ou ajudar a criar dificuldades ou divisões no campo anti-imperialista. Conseguiu fazer da China um aliado contra as forças revolucionárias.

Mas os sucessos do imperialismo não conseguiram impedir a evolução da situação mundial globalmente considerada num sentido favorável às forças da emancipação económica, social, política e nacional.

Novas revoluções socialistas vitoriosas tiveram lugar. Ruíram o sistema colonial. Numerosos povos conquistaram a independência e muitos enveredaram por um caminho de progresso social. Formaram-se Estados progressistas que ainda não se inserem no sistema mundial do socialismo mas que não se inserem tão pouco no sistema mundial do capitalismo e tomam posições anti-imperialistas. Muitos países se libertaram de ditaduras fascistas e reacionárias. Foram derrotadas guerras e actos de agressão. E o movimento revolucionário mundial, na diversidade das suas componentes (a URSS e os outros países socialistas, os Estados progressistas, o movimento operário nos países capitalistas, o movimento de libertação nacional), é hoje mais forte do que nunca.

Nós não minimizamos a dureza e a complexidade da luta, que os trabalhadores e os povos têm por diante.

Não minimizamos as dificuldades de carácter económico, social e político que se verificam em qualquer das grandes forças revolucionárias, incluindo a comunidade socialista, como bem mostra a situação na Polónia.

Não minimizamos os perigos existentes em numerosos países, entre os quais o nosso.

Não minimizamos o perigo dos perigos, a ameaça de uma catástrofe nuclear, que a política do actual governo norte-americano faz pesar sobre todo o nosso planeta.

Mas, tendo justa noção das dificuldades e dos perigos, consideramos que a situação mundial nas últimas décadas de anos, evoluindo embora num processo irregular, caracterizá-se por extraordinárias vitórias dos trabalhadores e dos povos que modificaram radicalmente a face do mundo.

Não é culminando um ascenso da força do sistema mundial do imperialismo, mas reflectindo o seu enfraquecimento e decomposição, não é para coroar vitórias do capital mas para tentar estancar o avanço vitorioso da luta dos trabalhadores e dos povos, que o governo Reagan lança a sua ofensiva aventureira de ingerência, de provocação, de corrida aos armamentos, de *chantage* nuclear.

Para quebrar a vontade de luta e a confiança no futuro das massas trabalhadoras em cada país, a reacção está vitalmente interessada em inculcar nas massas uma perspectiva de evolução mundial favorável ao imperialismo.

É necessário desmascarar esta mistificação.

A situação internacional causa legítimas preocupações. Mas as forças revolucionárias e os povos estão em condições de fazer frente ao imperialismo, derrotar a sua política de agressão e de guerra, alcançar o desarmamento e a cooperação internacional, garantir a paz mundial e impor a continuação da evolução mundial no sentido da democracia, da independência nacional e do socialismo.

A situação na África Austral

O camarada Dadoo deu-nos aqui neste comício um panorama muito claro da situação na África Austral. Também na África Austral, o governo de Reagan estimula, empurra e apoia os actos de agressão e de guerra — dos racistas sul-africanos.

Mas também na África Austral a política agressiva do imperialismo norte-americano e o seu apoio à África do Sul, aparecem como tentativa de resposta a grandes e irreversíveis derrotas do imperialismo, a grandes e irreversíveis vitórias da luta de libertação dos povos.

Alguns anos atrás quem se atreveria a prever que Angola e Moçambique, assim como outros países africanos, não só alcançariam a independência, como escolheriam o caminho do socialismo?

Alguns anos atrás, quem se atreveria a prever que os racistas rodesianos tinham os dias contados a curto prazo e que, com a conquista da independência pelo Zimbabwe, obtivesse uma esmagadora vitória eleitoral e constituísse governo a ZANU de Múgabe?

É para fazer andar para trás a roda da História que Reagan, na África Austral (à semelhança do que faz noutras partes do mundo), provoca, estimula, ajuda e protege as agressões militares dos racistas sul-africanos.

Nós condenamos severamente a política agressiva, provocatória e belicista do governo Reagan.

Condenamos a nova corrida aos armamentos, o plano de instalação de novos mísseis nos países da Europa

Somos inteiramente solidários com o PCSA e o ANC na sua luta heróica contra o *apartheid* e a política belicista dos racistas.

Somos inteiramente solidários com o povo da Namíbia e com a SWAPO que conduz heroicamente a luta pela independência.

Somos inteiramente solidários com o Partido FRELIMO e o povo de Moçambique, sujeitos a constantes provocações e agressões dos racistas sul-africanos.

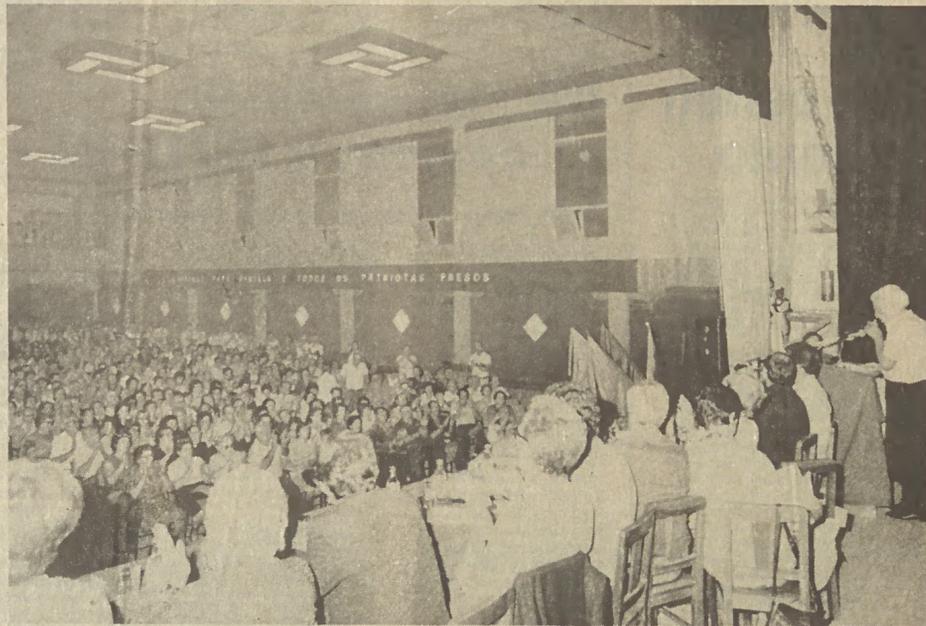
Somos inteiramente solidários com o MPLA-PT e o povo de Angola, vítimas da criminoso agressão militar dos racistas sul-africanos, e juntamos a nossa voz à de todos aqueles que reclamam a retirada imediata das tropas sul-africanas do território angolano.

Não, camaradas. O imperialismo não conseguirá fazer andar para trás a roda da História. Todas as formas de colonialismo e neocolonialismo estão condenadas a desaparecer do mundo. O *apartheid* será abolido. Todos os povos da África Austral libertar-se-ão da opressão e da miséria. E a estrela do socialismo que já brilha no horizonte da África libertada do colonialismo, iluminará as novas sociedades africanas libertadas da exploração do homem pelo homem.

Nós conhecemos, por nossa própria experiência, o que significa ser um partido clandestino, num país cujo governo conduz uma guerra criminoso, e ter acoragem de condenar essa guerra e de apoiar a luta do povo contra o qual essa guerra é conduzida.

Nós conhecemos uma tal situação no tempo da criminoso guerra colonial e inscrevemos a nossa luta contra a guerra colonial e a nossa solidariedade para com os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique como um momento alto da luta do nosso Partido ao serviço do nosso povo e da nossa pátria e fiel aos princípios do internacionalismo proletário.

Hoje temos aqui conosco um partido da África do Sul, um partido que tem a coragem de se opor firmemente ao governo racista, de apoiar a luta do povo da Namíbia, de se opor à guerra que o governo do seu país desencadeia contra a RPA.



Álvaro Cunhal pronunciou um importante discurso sobre as posições internacionalistas do PCP e a situação da luta revolucionária à escala mundial

ocidental, a decisão de fabricar da bomba de neutrões (caminho para uma catástrofe nuclear), contra a qual há que mobilizar a opinião democrática e pacífica.

No que respeita directamente a Portugal, condenamos firmemente o reforço dos compromissos e obrigações militares, políticos, diplomáticos e financeiros de Portugal para com a NATO, a criação de novas bases militares estrangeiras em território português e o alargamento das existentes, a instalação de mísseis e o armazenamento de armas nucleares igualmente em território português.

No que respeita à posição de Portugal relativamente à política de agressão e de guerra dos racistas sul-africanos apoiados pelo governo Reagan, nós reclamamos que o Governo português condene sem subterfúgios a agressão contra Angola, e a ocupação de território nesse país talvez para aí instalar um governo fantoche, que cesse imediatamente qualquer forma de apoio aos racistas, que cesse o envio para a África do Sul de armas e munições fabricadas em Portugal, e que proíba aos contra-revolucionários angolanos da UNITA (e agora novamente também da FNLA conforme notícias publicadas nos jornais de hoje) conspirarem em território português.

Calorosamente saudamos na pessoa do camarada Dadoo as firmes posições internacionalistas dos comunistas sul-africanos.

Cinco ensinamentos do movimento de libertação nacional

O processo da luta de libertação nacional e a experiência após a conquista da independência, deram cinco ensinamentos profundos (que a vida está confirmando) aos combatentes voltados para o bem-estar dos seus povos e para o desenvolvimento dos seus países.

O primeiro ensinamento é que, não só os capitalistas do país opressor, mas o imperialismo no seu conjunto, se revelaram inimigos da independência dos povos, tanto antes como depois da conquista da independência.

Este ensinamento conduziu a posições anti-imperialistas numerosos povos e países que alcançaram a independência e se mostram decididos a defendê-la e a conservá-la.

O segundo ensinamento é que, nas condições de países que estavam submetidos às opressões nacional e colonial, o desenvolvimento económico capitalista é incompatível, tanto com a independência nacional, como com o melhoramento das condições de vida do povo.

Este ensinamento inspirou diversos movimentos de libertação, depois da conquista da independência, a procurarem vias de desenvolvimento «não-capitalista», o que conduziu muitos deles à opção socialista.

O imperialismo e a reacção mundial empregaram os mais criminosos processos sem excepção — incluindo guerras criminosas de extermínio — para abafar a luta de libertação dos povos. Quando se revelou a sua impotência para o fazerem procuraram manter a dominação económica levando esses países a um desenvolvimento capitalista que os tornasse inevitavelmente dependentes.

A experiência de povos e países africanos que conquistando a independência, recusaram a via do desenvolvimento capitalista e escolheram corajosamente a via para o socialismo, é um acontecimento de alcance histórico e um factor de transcendente importância no desenvolvimento do processo revolucionário mundial.

O terceiro ensinamento é que a construção da sociedade nova e a indispensável acção de massas é extraordinariamente difícil sem uma vanguarda revolucionária, preparada politicamente para dirigir o povo respectivo.

Este ensinamento conduziu a uma transformação de movimentos de libertação em partidos revolucionários de vanguarda.

O quarto ensinamento é que o conhecimento e o exame das realidades económicas, sociais e políticas e a definição de uma orientação correcta e de uma direcção correcta exigem que a vanguarda esteja equipada ideologicamente para encontrar os caminhos justos.

Este ensinamento conduziu numerosos dirigentes do movimento de libertação ao encontro do marxismo-leninismo como única teoria respondendo a tais necessidades e exigências. Daí a opção marxista-leninista de numerosos partidos revolucionários surgidos do movimento de libertação nacional.

Nós, comunistas portugueses que fomos activamente solidários para com os movimentos de libertação desde o próprio momento da sua criação, que no tempo da guerra colonial lutámos, lado a lado, como aliados naturais, com a FRELIMO e o MPLA, movimentos de libertação, sentimos profunda alegria e saudamos com emoção o facto de que hoje o Partido FRELIMO e o MPLA-Partido do Trabalho, são partidos de vanguarda, fizeram a sua opção pelo marxismo-leninismo e puseram como objectivo a construção do socialismo nas suas pátrias.

Temos particular alegria em fazê-lo aqui, hoje, lado a lado com o partido irmão da África do Sul, partido que há muito é em África um porta-bandeira da causa do socialismo e do comunismo, partido que, tal como o nosso, comemora este ano o seu 60.º aniversário, pelo qual aqui o saudamos calorosa e fraternalmente.

O quinto ensinamento é que a derrocada do colonialismo, a conquista e a consolidação da independência, a solução dos problemas de reconstrução económica e social, contam, como importantíssimo e por vezes determinante factor, com o peso da URSS e da comunidade socialista, do movimento operário no mundo e com a sua activa solidariedade.

Este ensinamento conduziu, a par da exaltação nacional e patriótica, à consciência da necessidade histórica da aliança, da cooperação recíproca e da unidade das grandes forças revolucionárias, ao desenvolvimento dos sentimentos internacionalistas e à adesão aos ideais do internacionalismo proletário de numerosos povos e países libertados.

Estes cinco ensinamentos e as suas expressões e consequências práticas têm verdadeiro alcance histórico.

Eles evidenciam que os grandes objectivos do socialismo e do comunismo aparecem como universalmente válidos na luta de libertação dos trabalhadores e dos povos. Evidenciam que na época contemporânea, todos os caminhos conduzem ao socialismo.

Esta exaltante realidade obriga todos os revolucionários a ter simultaneamente em conta as experiências do movimento internacional aferidas pela prática, e as condições específicas de cada país e de cada processo nacional que implica problemas novos e soluções novas e originais.

As experiências internacionais constituem um arsenal indispensável a quaisquer novas revoluções. Mas, se o desconhecimento ou desprezo das experiências internacionais pode conduzir a graves erros, insucessos e derrotas, também pode conduzir a graves erros, insucessos e derrotas a cópia mecânica das experiências dos outros países.

Quanto mais diversos são os estádios de desenvolvimento económico e social dos países onde triunfaram as revoluções e o socialismo é colocado como objectivo, mais diversificadas são necessariamente as soluções para todos os problemas da construção da nova sociedade, incluindo as soluções para a organização da vanguarda e força política motora.

É nesta base que interpretamos a evolução do movimento de libertação nacional. E é com esta compreensão que se têm desenvolvido as relações de amizade e cooperação

PCP

Yusuf Dadoo «O nosso povo levanta-se abertamente contra o regime racista»

Querido camarada Álvaro Cunhal, queridos camaradas:

É uma grande honra para mim, em representação do Partido Comunista Sul-Africano, estar aqui em Portugal a convite do Comité Central do Partido Comunista Português.

É especialmente uma grande alegria para mim estar aqui neste comício de amizade numa zona de grandes tradições do Partido Comunista Português.

Conhecemos a história da luta dos comunistas portugueses durante os negros anos do fascismo, dos regimes de Caetano e de Salazar, e ouvi também falar da luta corajosa dos comunistas nesta zona lutando contra a repressão do regime fascista, com grandes sacrifícios dos camaradas comunistas aqui desta área.

Camaradas, tenho um grande prazer de transmitir ao Comité Central do Partido Comunista Português e a vós todos, camaradas comunistas portugueses, as calorosas saudações revolucionárias de todos os comunistas da África do Sul e de todos os lutadores pela liberdade no meu país.

O PCP e a luta revolucionária

O Partido Comunista Português tem uma longa história de luta ardorosa e dedicada contra as forças negras do fascismo, contra o imperialismo e contra o colonialismo. E as vossas vitórias têm sido um estímulo e uma fonte de inspiração para a nossa luta.

O vosso Partido comemora este ano o seu 60.º aniversário. O nosso Partido, o Partido Comunista Sul-Africano, também este ano comemorou o seu 60.º aniversário.

O vosso Partido é cerca de 5 meses mais velho que o nosso. Durante os 60 anos da sua existência o vosso Partido viveu 48 anos na clandestinidade. Mas a coragem e a militância dos comunistas portugueses, a clareza e a coerência da Direcção do vosso Partido, contribuíram grandemente não só para derrubar o regime fascista em Portugal mas também para pôr fim ao sistema colonial que impedia a libertação dos povos das antigas colónias em África.

O derrube do regime fascista em 25 de Abril de 1974 não só abriu caminho para profundas transformações em Portugal como abriu também o caminho para o estabelecimento de novos Estados independentes nas antigas colónias portuguesas. E nós podemos testemunhar que a vitória, o derrube do regime fascista em Portugal, e a vitória dos movimentos de libertação, da FRELIMO, MPLA, do PAIGC mudaram completamente o equilíbrio de forças na África Austral e que essas vitórias contribuíram para a queda do regime Ian Smith no Zimbábue.

Na segunda guerra de libertação de Angola, em que o regime racista sul-africano com a instigação do imperialismo interveio para derrubar o Governo da RPA, o regime racista sofreu severos golpes, destruindo-se o mito da sua invencibilidade militar.

O povo oprimido da África do Sul, o povo oprimido da Namíbia, os povos oprimidos de toda a África têm uma grande dívida de gratidão para com o Partido Comunista Português pela sua contribuição para o fim do regime fascista colonialista e pela contribuição dada à luta anti-imperialista em todo o mundo, pela paz e pelo socialismo.

O nosso Partido, o Partido Comunista Sul-Africano, que é parte do movimento de libertação dirigido pelo Congresso Nacional Africano, tem-se inspirado na vossa luta contra o regime racista durante o período da clandestinidade e tem estudado de perto os métodos do vosso Partido durante esse período, dada a situação de ilegalidade em que agora se encontra o nosso Partido.

Os ataques a Angola

Camaradas, permitam-me agora que vos fale da situação na África do Sul e em toda a região da África Austral.

Neste momento não podemos deixar de estar seriamente preocupados com a situação criada pela agressão militar aberta do regime racista da África do Sul contra a República Popular de Angola. As tropas do regime racista invadiram Angola e ocuparam uma zona do Sul de Angola. Estas tropas mataram e feriram homens, mulheres e crianças indefesas. Bombardearam cidades e aldeias. E continuam o seu ataque brutal ao povo de Angola.

É o pretexto que usam para esta invasão é o de perseguirem os guerrilheiros da SWAPO. Mas quem é que eles estão de facto a matar? Estão a matar o povo angolano! Onde é que estão os guerrilheiros da SWAPO?

É evidente que o regime racista sul-africano empreendeu esta invasão de Angola porque sabia que tinha a seu

lado os círculos mais reacçãoários do imperialismo norte-americano e o apoio da administração Reagan. É perfeitamente claro que a administração Reagan encorajou e ajudou o regime racista sul-africano e tem estado a fornecer mercenários e armas ao fantoche Savimbi e à sua pequena força da UNITA que opera no Sul de Angola. Savimbi não estava antes em Angola, estava na Namíbia apoiado pelo regime racista sul-africano e ele não é nada mais do que o fantoche do regime racista sul-africano. Mas agora aparece juntamente com as tropas do regime sul-africano e apoiado por mercenários que entram no Sul de Angola.

O objectivo do regime racista e da administração Reagan é perfeitamente claro: querem continuar a deter nas suas mãos os grandes recursos minerais e os outros recursos naturais de toda a região da África Austral em benefício do capitalismo monopolista. E por isso tentam criar em Angola uma zona tampão capaz de ser controlada pelo regime racista sul-africano e ao concentrarem grandes efectivos armados na Namíbia procuram ao mesmo tempo impedir a SWAPO, legítimo representante do povo da Namíbia, de tomar o Poder.

A resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas é perfeitamente clara. Esta resolução diz muito claramente que a ocupação ilegal do território da Namíbia pelo regime racista sul-africano deve terminar imediatamente, e que sob o controlo das Nações Unidas deverá haver eleições livres e democráticas no território da Namíbia. Mas a conferência convocada para estudar as formas de pôr em prática esta resolução do Conselho de Segurança foi torpedeada devido à intransigência do regime racista sul-africano. E agora a administração Reagan procura também alterar a resolução 435 do Conselho de Segurança proque tem a certeza de que se houvesse eleições livres e democráticas no território da Namíbia a SWAPO subiria ao Poder.

É por isso que perante esta situação o nosso povo, lutando na África do Sul contra o regime racista sul-africano, também grita às autoridades sul-africanas: racistas fora de Angola imediatamente! Por isso camaradas, nesta situação extremamente grave é uma tarefa urgente e um dever de todas as forças progressistas em todo o mundo, das forças democráticas, das forças amantes da paz, desenvolver uma grande campanha em apoio da República Popular de Angola e exercer pressão junto dos seus governos, junto das Nações Unidas para que exijam a retirada total e incondicional das tropas sul-africanas do território angolano. E a campanha de solidariedade com este objectivo cresce em toda a parte. Soube que esta tarde houve uma concentração à frente da Embaixada Sul-Africana em Lisboa e em Londres houve uma manifestação que durou 24 horas junto à Embaixada americana. E tenho a certeza que se todas as forças progressistas do mundo reunirem os seus esforços e exercerem novas pressões será possível obter a retirada das tropas sul-africanas racistas do território angolano.

A situação na África do Sul

E agora, camaradas, algumas palavras sobre a situação no meu país, na África do Sul.

Camaradas, tal como o Povo português, tal como os camaradas portugueses que sofreram a repressão do regime fascista português, também o nosso povo na África



Cravos vermelhos das mãos de uma criança para o camarada Dadoo

do Sul sofre a violência, a repressão, a tortura por parte do regime racista sul-africano. Mas apesar de todas as medidas repressivas o nosso povo levanta-se em massa. Há uma oposição massiva da parte da população negra em todo o país ao regime racista. Os trabalhadores sul-africanos e especialmente os trabalhadores negros que sofrem de sobreexploração dos monopólios capitalistas sul-africanos e especialmente os mineiros levantam-se contra essa exploração. Nas fábricas de automóveis pertencentes às multinacionais como a Ford e a British Leyland há greves exigindo melhores salários, melhores condições de vida.

Os trabalhadores das autarquias fizeram uma das maiores greves, numa das maiores câmaras da África do Sul, a de Joanesburgo. O movimento grevista cresce na África do Sul e tem o apoio de todo o povo. Nas condições sul-africanas a luta e as greves dos trabalhadores não são só por melhores condições de vida mas são contra a estrutura do sistema do apartheid. Sem a liquidação do sistema do apartheid não poderá haver qualquer melhoria verdadeira das condições de vida dos trabalhadores negros. Actualmente o desemprego entre os trabalhadores negros é de cerca de 3 milhões de desempregados num total de 7 milhões de trabalhadores. A inflação afecta todos os sectores da população com grandes aumentos das rendas de casa, aumentos dos transportes. E é em relação a todas estas questões que o nosso povo se levanta em oposição ao regime racista.

Cada vez mais, publicamente, os trabalhadores, o povo da África do Sul reconhece a direcção do Congresso Nacional Africano apesar de ser um movimento declarado ilegal pelas autoridades racistas. O vosso pano aqui na sala fala de Nelson Mandela e de outros patriotas presos. Posso dizer-vos que neste momento há milhares de patriotas presos. Nelson Mandela e Walter Sisulu estão pre-

tos, condenados a prisão perpétua na Ilha de Robben. Entre os patriotas presos incluem-se membros do Congresso Nacional Africano, membros do Partido Comunista Sul-Africano e muitos outros democratas e patriotas. E por isso, camaradas, actualmente o nosso povo levanta-se abertamente contra o regime racista. E uma coisa é bem evidente. É que, apesar das medidas repressivas do regime racista, ele não consegue controlar esta onda de descontentamento e de oposição ao regime. E a oposição ao regime conta com o apoio do braço armado do Congresso Nacional Africano que dirige a luta armada dentro da África do Sul.

Recentemente, as guerrilhas armadas dentro da África do Sul têm atacado objectivos militares e instalações do governo sul-africano. As nossas forças de guerrilha têm atacado caminhos-de-ferro, instalações da polícia e recentemente fizeram explodir uma refinaria onde o regime sul-africano produz petróleo a partir do carvão. Estas instalações foram praticamente destruídas. Um dos últimos ataques das forças de libertação foi um ataque com roquetes ao edifício do Estado-Maior Militar Sul-Africano, zona considerada de alta segurança, que mesmo assim foi atingida pelos morteiros das guerrilhas. Por isso a luta tem actualmente novos aspectos. Nessa luta o Partido Comunista Sul-Africano é o aliado do CNA e de todas as forças democráticas no seu conjunto. Esta aliança dos comunistas com o Congresso Nacional Africano não foi uma coisa decidida no topo pelos dirigentes das duas organizações. Esta aliança, camaradas, foi forjada na luta em que comunistas e não comunistas, membros do Congresso Nacional Africano têm travado contra o regime racista. E apesar de eles tentarem separar os comunistas das outras forças progressistas e democráticas, dizendo que os comunistas são agentes do estrangeiro, esta aliança forjada na luta é tão forte que continuará até à vitória final.

Camaradas, não temos ilusões sobre o desenvolvimento da nossa luta. Sabemos que vai ser uma luta muito dura, muito árdua. Sabemos que o inimigo ainda tem muita força para nos atingir mas ao mesmo tempo temos confiança que com o desenvolvimento da nossa luta, apoiados pela luta do braço armado do nosso movimento, temos confiança que com o apoio da comunidade internacional, dos países socialistas, das forças progressistas do mundo ocidental, dos partidos comunistas e das forças anti-imperialistas em todo o mundo acabaremos por vencer esta luta. E por isso, camaradas, vamos continuar a nossa luta porque com o vosso apoio, com o apoio da solidariedade internacional sabemos que acabaremos por ganhar. E o nosso povo está disposto a sacrificar tudo o que tem, mesmo a própria vida. Tal como o fizeram no passado os comunistas portugueses.

Para terminar, camaradas, permitam-me que exprima mais uma vez o nosso grande apreço pelas relações de amizade e solidariedade fraternas entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Sul-Africano e o nosso desejo de reforçar ainda mais essa solidariedade.

A luta continua, a vitória é certa!
Viva o PCP, Viva o PCSA!

Nota — O discurso foi proferido de improviso. Os subtítulos são da responsabilidade da redacção do «Avante!».



O Presidente do PC da África do Sul pronunciando o seu discurso

«A solidariedade internacional constitui uma preciosa ajuda à nossa luta» — afirmou ao «Avante!» o camarada Yusuf Dadoo

«Podemos caracterizar a situação que actualmente se vive no nosso país como um período de oposição generalizada e de levantamento massivo da população contra o regime — afirmou ao «Avante!» o camarada Yusuf Dadoo, presidente do Partido Comunista Sul-Africano. Todas as camadas do nosso povo — os trabalhadores da indústria e das minas, os jovens e os estudantes nas escolas, os homens e as mulheres que enfrentam a fome e a miséria, a escalada da inflação — estão envolvidas no confronto directo com o regime racista da África do Sul.»

exigir o fim da política agressiva de Reagan.

«O povo oprimido da África do Sul, condena profundamente esta política e está mobilizado para exigir o fim da agressão a Angola.»

A mobilização popular contra a agressão, acenta numa luta crescente contra o próprio regime

«Chegamos a uma situação em que o regime, apesar da repressão, não consegue controlar a situação. Uma total ausência de direitos, o controlo absoluto da vida dos negros desde que nascem até à morte, conduziu a uma confrontação generalizada das massas, de todas as camadas da população, contra o governo racista. Nos últimos dois anos aumentou sensivelmente o número de greves contra a sobre-exploração e os baixos salários, pelos direitos sindicais, contra todas as leis opressivas no quotidiano (a lei dos passes, do controlo de circulação), contra os bantustões (regiões isoladas, destinadas, com carácter obrigatório, aos africanos, agrupados de acordo com a sua língua, e que ocupam 13% do território — a população africana é de mais de 80%).

«A luta das massas, o regime reage por duas formas: a mais feroz repressão, com prisões, tortura, assassinatos; uma política destinada a tentar ganhar apoios, através de pretensas «reformas» que levariam à criação de camadas médias.

«Entretanto, na actual situação, tais «reformas» nada representam, porque não atingem (nem visam atingir) os problemas fundamentais do país. Essa política já falhou.

«Simultaneamente a acção do movimento de libertação encaabeço pelo ANC, de que o

«Ponto de convergência de todas as forças na luta contra o regime, o ANC é considerado pelo povo da África do Sul, não só como representante dos seus interesses, mas também como a alternativa ao actual regime racista.»

E qual a posição do Partido Comunista Sul-Africano?

«O Partido Comunista Sul-Africano comemorou recentemente o seu 60.º aniversário. É o mais antigo partido comunista do continente. Baseamos a nossa actividade nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. O nosso objectivo final é a construção do socialismo.

«Até 1950, embora vítimas da repressão, vivemos uma situação que se pode considerar de legalidade relativa. Com a formação do governo mais reacçãoário, o governo de Vorster, e a lei da supressão do comunismo, fomos forçados a passar à clandestinidade. Facto muito importante a destacar: nesse difícil momento, o ANC e as outras forças democráticas lançaram um amplo movimento de protesto, compreendendo que esta lei era o primeiro passo para a liquidação de quaisquer liberdades democráticas. O dia 26 de Junho — data em que, em 1950, se desencadeou o movimento grevista contra a perseguição aos comunistas — passou posteriormente a ser considerado o dia da libertação nacional.

«Depois da sua ilegalização, o PC Sul-Africano reorganizou-se e apesar das dificuldades conseguiu transformar-se numa importante força. Em todas as lutas importantes os comunistas estavam e estão presentes.

«Em 1962 o Partido define, no seu Programa, a situação que se vive no país, como um colonialismo de tipo especial, dado que a RSA se encontra numa fase de capitalismo monopolista. Assim, ao contrário das outras colónias, o imperialismo está dentro do próprio país. É contra o imperialismo, instalado no poder no país, contra a opressão colonial, que se bate o povo negro, que luta por uma revolução democrática nacional.

«Somos um partido independente. O nosso objectivo último é a construção do socialismo. Nesta fase da luta somos parte integrante do movimento de libertação nacional, em estreita aliança com o ANC.

«O regime lançou múltiplas campanhas contra o Partido, campanhas baseadas no anti-comunismo, visando a cisão do movimento de libertação. Mas o povo conhece o papel que os comunistas têm desempenhado na luta e na política desenvolvida pelo ANC. As campanhas anticomunistas e anti-soviéticas não resultaram.»

«Umkhonto we sizwe»

«A luta armada surgiu como um apoio necessário à luta de massas. Em 1961 foi criada a

«lança da nação», Umkhonto We Sizwe, braço armado do movimento de libertação. Actualmente esta organização, em estreita cooperação com as direcções do Partido Comunista e do ANC, desempenha um papel determinante na nossa luta. Os guerrilheiros têm um excelente treino e um nível sofisticado de capacidade operacional. A sua última acção, contra o quartel das Forças Armadas, uma zona de alta segurança, demonstrou exactamente essa boa preparação do braço armado do nosso povo. Com o desenvolvimento da luta de massas, apoiada na luta armada, venceremos as múltiplas dificuldades que se nos deparam e sem dúvida a vitória será nossa.»

Unidos, venceremos

«A solidariedade internacional constitui uma preciosa ajuda para a nossa luta. Uma solidariedade que nos vem de diversos países capitalistas e por vezes mesmo de alguns governos, mas sobretudo nos vem da União Soviética e da comunidade socialista, cujo apoio imenso se manifesta em todos os campos. Apoio fundamental para a continuação da nossa luta e também o dos partidos irmãos.

«Por isso não quero deixar de exprimir, em nome do nosso movimento de libertação e dos comunistas da África do Sul, o grande apreço pela solidariedade do PCP.»



Num rápido balanço da sua visita ao nosso país, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, o camarada Yusuf Dadoo considerou-a muito útil e frutuosa. «Antes do mais, porque contribuiu para o fortalecimento das fraternas relações de amizade entre os nossos dois partidos, relações baseadas nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário».

Por outro lado porque o fortalecimento das relações entre os dois partidos irmãos é um contributo para a unidade do movimento comunista internacional, unidade que nas palavras do presidente do Partido Comunista Sul-Africano «é mais necessária do que nunca, na urgente batalha pela paz, pelo desanuviamento, contra a agressiva política da administração Reagan, empenhada em semear a confusão, a divisão entre as forças progressistas no seu conjunto, através de uma sistemática campanha anti-soviética e anticomunista».

A acção do PCP — um exemplo

«Parto desta visita particularmente entusiasmado com os su-

PCP

Prossegue a invasão racista em território da RP de Angola

• Condenação em todo o mundo

Tudo indica que o objectivo estratégico sul-africano é tornar a Unita uma força com funções de policiamento numa parte considerável do sudoeste de Angola, o que poderá significar a instalação na região de uma zona tampão. A África do Sul tenciona efectuar incursões no território angolano para apoiar as acções da Unita, estratégia que conta com o completo apoio de Washington. Estas afirmações não são do Ministério da Defesa angolano (que, de resto, a fazê-las estaria apenas a repetir o que denunciou logo nos primeiros dias do ataque racista) nem de qualquer país ou força progressista que olhe para a invasão da RPA com a indignação que ela merece. Foram escritas nas páginas do circunspeto «Times» londrino, na sua edição de anteontem.

Certamente ninguém suspeitará que o britânico «Times» descobriu uma repentina simpatia pela RPA, desatando a denunciar o verdadeiro carácter da invasão racista a Angola, quando os criminosos de Pretória procuram convencer o mundo de que não querem invadir ou agredir a pátria de Agostinho Neto mas simplesmente atacar a SWAPO. A explicação é outra: é que nem mesmo o conservador «Times» nem qualquer grande meio de informação imperialista que procure aparentar aquele mínimo de isenção que mascara a demagogia e garante as tiragens, se pode dar ao luxo de defender o indefensável. Ou, dizendo de outra maneira, mentir sem freios. Há fretes que não se podem fazer, sob pena de total descrédito. E ninguém vai nisso — nem o «Times».

A perigosa aventura racis-

ta em território da RPA colheu uma das mais impressionantes manifestações de repúdio a nível mundial a que se tem assistido nos últimos anos, deixando o regime de apartheid mais isolado do que nunca e os EUA — a fonte inspiradora da agressão — absolutamente sozinhos no apoio expressos aos invasores. O que não deixa de ser um facto político relevante — assim Washington o interprete convenientemente.

E já surgiram indícios de que o imperialismo norte-americano, se não cedeu ainda perante as pressões internacionais, já as toma em consideração, como se verificou na reunião da Assembleia Geral da ONU desta semana. Ali foi aprovada uma recomendação ao Conselho de Segurança para decretar o boicote total contra a África do Sul até que ponha termo à ocupação da Namí-

bia (dónde os racistas desencadearam a sua agressão à RPA). Essa recomendação foi aprovada com o voto favorável de 117 países e 25 abstenções — entre elas a dos EUA... e a de Portugal.

A ocupação continua

O major Farrusco, comandante das Forças Armadas Angolanas (FPLA) em Cahama, a cerca de 300 quilómetros no interior do país e posto avançado da defesa angolana, indicou numa entrevista publicada pelo «Journal de Angola» que «o inimigo

possa ter havido nesse aspecto é a retirada de certas unidades de apoio, mas na rectaguarda, que chamaram a si a tarefa de evacuar para a Namíbia os bens roubados em Angola. «A invasão mantém-se — sublinharia — e o inimigo concentra na zona de Catequero as suas forças motorizadas equipadas de blindados AM1/90, tanques Centurion, Saracen, Ratel, carros de transporte militar do tipo Hippo bem como depósitos de combustível pipel e carros para o transporte da sua logística».

Também o secretário-geral adjunto da OUA, Noured-

desta semana reuniu-se em Lagos, na Nigéria, a cimeira dos Países da Linha da Frente (RP de Angola, RP de Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Botswana) com a presença do presidente do país anfitrião, Shehu Shagari e do primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, tendo exigido no final a retirada total dos racistas sul-africanos do Sul de Angola, ao mesmo tempo que pedia à OUA que mobilizasse todo o auxílio militar possível para expulsar os invasores.

A invasão racista já causou 700 mortos e 130 000 refugiados. Os criminosos do «apartheid» não hesitam em usar bombas de «napalm» sobre populações indefesas, assassinar com tiros e esfaqueamentos doentes acamados, homens e mulheres apanhados pela horda nazi-racista. Prossegue acções de terra queimada, roubos e saques, assassínios ignominiosos, ao mesmo tempo que procuram instalar na zona os seus marionetes da Unita, os quais não têm reboço em confessar que são armados pelos EUA e a China nem escondem a sua dependência/sobervivência do regime do «apartheid».

Mas que os racistas e o imperialismo não tenham ilusões: toda esta escumalha de assassinos será varrida da pátria livre de Angola.

As responsabilidades do imperialismo, particularmente da administração Reagan, surgem cada vez mais evidentes.

sul-africano ainda se mantém na ofensiva e por isso reforçamos as nossas posições de defesa nesta área porque para nós — acrescentou — o importante é neste momento manter firme esta linha de Cahama, para depois dar uma resposta adequada ao inimigo invasor; e esta linha vai ser consolidada a qualquer preço».

o major Farrusco desmentiria categoricamente que as tropas invasoras estejam a retirar-se de Angola, afirmando que tudo o que

dine Djoudi, enviado pela Organização à RPA para elaborar um relatório sobre a invasão sul-africana, após visitar o Lubango, próximo da zona de guerra afirmaria em Luanda: «Pode determinar que não se trata de um simples ataque, mas sim de uma ocupação, uma violação da integridade territorial da República Popular de Angola, que mostra a clara vontade da África do Sul de continuar e, se possível, alargar a sua ocupação».

Entretanto, no princípio



As FAPLA: o povo armado na defesa de todo o povo

Manifestação em Lisboa frente à embaixada racista

Quando na passada sexta-feira centenas de pessoas confluíram à embaixada do regime racista sul-africano em Lisboa para protestarem contra a invasão do Sul de Angola, o edifício, isolado por um dispositivo policial, apresentava as portas fechadas e todas as cortinas e persianas corridas. O clamor da multidão, todavia, seria bem ouvido pelos representantes sul-africanos, sobretudo quando irrompia numa exigência que tem percorrido o mundo: «racistas fora de Angola!».

A concentração fora convocada pela Associação de Amizade Portugal-RP de Angola e a ela aderiram a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, a CGTP-IN, o CPPC, a Juventude Socialista, a UEDS, MDM, vários sindicatos e organismos representativos de trabalhadores. Era seu objectivo «repudiar a invasão sul-africana do território da República Popular de Angola, exigindo a retirada imediata e incondicional dos racistas, testemunhando a solidariedade do povo de Lisboa para com o povo angolano».

Usaram da palavra num palarço improvisado sobre a carroceria de uma camioneta, Daniel Matos, presidente da Associação de Amizade Portugal-Angola, e Silas Cerqueira, membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Daniel Matos começaria por informar que haviam sido entregues na parte da manhã, na embaixada, 10 000 assinaturas recolhidas só em Lisboa e em menos de uma semana. O embaixador «estava ausente».

Após enunciar diversas tomadas de posição de vastas camadas da população por-

tuguesa bem evidenciadoras de frontal repúdio pela agressão racista à RP de Angola, o presidente da APA denunciaria a hipocrisia do Governo «AD» que «dá uma no cravo e muitas na ferradura»: por um lado condena a agressão sul-africana, por outro continua a vender armas ao regime racista, apoia-o na ONU e a rebouque do imperialismo norte-americano, dá cobertura interna aos «mentecaptos, assassinos e colaboracionistas» que dão corpo à Unita.

Finalizaria recordando que «no Portugal democrático não há lugar para práticas neocolonialistas».

Silas Cerqueira denunciaria que «existe um plano de liberado e sistemático dos racistas sul-africanos, apoiados pela política agressiva da nova administração norte-africana, no sentido de separar uma parte do territó-

rio angolano», advertindo que estes aventureiros estão dispostos a arriscar-se numa guerra generalizada para alcançar os seus objectivos. «Devemos exigir ao governo racista da África do Sul que deixe o povo angolano prosseguir pacificamente o seu caminho», sublinharia Silas Cerqueira, que considerou urgente fazer crescer em Portugal uma poderosa corrente de solidariedade para com a República Popular de Angola e o seu martirizado povo.

Ainda no decorrer da concentração foi aprovado por unanimidade e aclamação o teor de um telegrama a reter ao Presidente da RPA e do MPLA-PT, camarada José Eduardo dos Santos, exprimindo-lhe a total solidariedade do povo português e a profunda convicção de que os racistas serão derrotados e expulsos da pátria de Agostinho Neto.



Tal como em todo o mundo, também em Portugal o racismo e o seu sustentáculo — o imperialismo — são publicamente condenados

Dany Narciso: «O que é realmente a UNITA eis uma coisa que não se sabe bem»

Considero que a nossa participação na Festa do «Avante!» e, em geral, a nossa estada em Portugal foi muito frutuosa — disse ao nosso jornal o camarada Dany Narciso, chefe da delegação do MPLA-Partido do Trabalho, que no fim da passada semana regressou a Angola após uma visita de alguns dias ao nosso país.

Referindo-se à Festa, o nosso entrevistado considerou-a «um grande acto de massas, com características muito importantes de mobilização popular, que mostra a força do PCP e a sua influência. Basta dizer que durante estes dias que cá estive, não houve praticamente ninguém com quem falasse — e grande parte dessas pessoas não eram comunistas — que não se referisse em termos elogiosos à Festa e ao seu significado».

Extraordinária demonstração

Por menorizar melhor as impressões com que ficou, o camarada Dany Narciso acentuou:

— Sendo eminentemente popular, a Festa não deixa de ter um importante carácter político, que lhe é dado, por exemplo, pela realização de colóquios e debates sobre a situação nacional e internacional, o que permite uma orientação, um esclarecimento e um estímulo ao estudo dos problemas da actualidade. Neste aspecto, o ponto culminante foi o comício de domingo,

mas não posso deixar de destacar a Exposição sobre os 60 anos do PCP e os 50 anos do «Avante!», que constitui uma extraordinária demonstração da vida do Partido e do processo de luta em Portugal, sem esquecer a ligação com a luta de outros povos que, como o nosso, tiveram os seus destinos ligados ao povo português durante a luta contra o colonial-fascismo. Por outro lado, os convites a numerosos países amigos, o contacto que tivemos, proporcionaram um melhor conhecimento mútuo, e pela nossa parte tivemos oportunidade de receber numerosos testemunhos da solidariedade internacionalista.

Alegria e estímulo

Mais uma vez, o MPLA-PT esteve presente na nossa Festa com um Pavilhão onde, para além de se venderem diversos produtos angolanos, estava patente uma exposição fotográfica sobre os ataques dos racistas sul-africanos ao território angolano. Disse-nos Dany Narciso:

— Sempre que me foi possível estive no nosso «stand» e tanto eu como os meus camaradas da delegação pudemos constatar com muita satisfação o interesse das pessoas, a espontaneidade com que se nos dirigiam manifestando a sua solidariedade. Este apoio do povo português, nomeadamente dos

comunistas, é para nós um motivo de alegria e ao mesmo tempo um estímulo.

Dany Narciso sublinhou-nos ainda a maneira entusiástica e calorosa como decorreu o comício de solidariedade com o MPLA-PT e o povo angolano realizado no Auditório Central da Festa, e a que fizemos referência na nossa edição da semana passada, destacando finalmente:

— Momento muito alto da nossa estada em Portugal foi o encontro que tivemos com o camarada Álvaro Cunhal que, apesar dos seus inúmeros afazeres, ainda arranjou tempo para nos receber e exprimir mais uma vez a solidariedade do PCP e dos comunistas portugueses para com o nosso partido e o nosso povo.

Pintam a cara de preto

A realização da Festa do «Avante!» e a presença entre nós da delegação angolana coincidiu com a primeira fase dos traçoelros ataques dos racistas sul-africanos ao território da RPA. Não poderíamos, pois, deixar de falar sobre este tema com o camarada Narciso, o qual desde logo frisou:

— Os ataques sul-africanos têm em vista atrasar o processo de independência na Namíbia, mas também tentar provocar problemas e dificuldades internas em Angola. Estes são os verdadeiros objec-

tivos, o resto são pretextos...

— No contexto actual, qual o papel desempenhado pela UNITA?

— O que é realmente a UNITA, eis uma coisa que não se sabe bem. A sua ligação com os sul-africanos é tão íntima, dependem tanto deles, que quase se pode dizer que são uma e a mesma coisa.

Não se pense que a frase do camarada Narciso é uma mera imagem. São conhecidos os casos de soldados brancos sul-africanos ataca-

permanecerem durante algum tempo em determinada região.

— A UNITA e os seus porta-vozes reaccionários aqui em Portugal falam das «zonas controladas». Como é?

— Eu sei. Tão depressa dizem controlar onze províncias, como depois passam a três... Neste momento, a realidade é que parte do Cunene está ocupada pela África do Sul, e aí, nessa zona, não repugna aceitar que a UNITA ocupe algum território...

O carácter popular e simultaneamente eminentemente político da Festa do «Avante!» destacado pelo chefe da delegação do MPLA-PT em declarações ao nosso jornal.

rem objectivos no interior de Angola com a cara pintada de preto, para que se pense que são homens da UNITA. Dany Narciso conta-nos que, além destes, há muitos outros casos semelhantes demonstrativos que, por detrás daquela sigla, existe apenas um pequeno número de traídores apoiados e alimentados pelos racistas do sul do continente.

— Acontece muitas vezes, por exemplo, os soldados regulares da África do Sul, quando em Angola, mudarem de farda e armamento, fazendo-se passar por homens da UNITA, e

Os Jogos e o seu significado

Seria ridículo pretender que a situação de guerra no sul do país não tem quaisquer influências na vida da República Popular de Angola e que tudo continua como dantes. É evidente que não. Mas a verdade é que, apesar de tudo, o país alcançou já um tal grau de estabilidade e de desenvolvimento que situações como a presente acabam por ter o mínimo de repercussões no dia-a-dia dos angolanos. Prova disso, o facto de os

ataques racistas se terem dado nas vésperas da realização em Angola dos Jogos da África Central, os quais, no entanto, decorreram com toda a normalidade, segundo o programa previsto, incluindo as provas realizadas no Huambo, no sul do país.

— Tratou-se de um grande acontecimento, ao qual o partido e o governo, aliás, tinham dado a maior atenção — diz-nos Dany Narciso. O conhecimento mútuo e a confraternização que o desporto proporcionam têm para nós, africanos, uma particular importância. Devido à herança colonial os nossos povos conhecem-se mal. O Imperialismo sempre jogou na nossa divisão e na criação de barreiras e preconceitos entre nós. Esta herança tem várias manifestações, inclusive ao nível dos transportes: para irmos para o Ruanda, por exemplo, precisamos de ir primeiro a França...

Por outro lado, os Jogos permitiram-nos mostrar aos visitantes (1400 atletas de nove países) a realidade angolana, os progressos que temos alcançado, a sociedade que vamos construindo. Havia quem claramente duvidasse, ou mesmo não acreditasse, na nossa capacidade de realização, e a situação de guerra veio, naturalmente, acentuar essa impressão. O facto é que os Jogos foram um êxito, nos aspectos técnicos, de recepção e alojamento, etc. Não somos nós que o

afirmamos, pois trata-se da opinião unânime dos visitantes estrangeiros.

— O facto de os ataques sul-africanos se terem iniciado na véspera dos Jogos terá sido mera coincidência?

— Pensamos que não. Para além dos objectivos de que já falei, os racistas visavam também, sem dúvida, desacreditar o nosso país através do boicote a uma grande manifestação internacional, com repercussões em todo o continente e até fora dele, como seriam os Jogos. Saíram derrotados nesse intuito.

«Não temos nada a esconder»

Certa imprensa, incluindo alguns jornais democráticos, têm feito recentemente um grande alarido à volta das alegadas dificuldades que as autoridades angolanas teriam levantado ao envio de jornalistas portugueses a Angola. Em nossa opinião, fazem-no em termos manifestamente desajustados e demonstrando uma lamentável incompreensão das realidades.

— Pusemos a questão a Dany Narciso, que nos diz: — Em primeiro lugar, devo esclarecer que quem decide em caso destes não é a Embaixada, mas sim as autoridades competentes em Luanda. Em segundo lugar, as pessoas têm de compreender que nós temos o direito de saber quem são as pessoas que convidamos para nossa casa. Determinado tipo

de jornais, não vale a pena convidá-los, não por não serem comunistas, nada disso, mas porque são do género de verem uma pera e dizem que viram uma laranja. Finalmente, não podemos dar apoio simultâneo, numa situação como a que actualmente se vive no sul, a um número indiscriminado de jornalistas. Sentimo-nos responsáveis pelas suas vidas, temos que agir com sensatez e evitar os riscos desnecessários. São estes os factos, tudo o que vá para além disto são meras especulações ou processos de intenção.

Sem excluir a hipótese de, num caso ou noutro, poder também haver atrasos nos serviços — o que, de qualquer modo, acrescentamos nós, não impediu que, nas últimas semanas, dezenas de jornalistas estrangeiros tenham já visitado Angola — o camarada Dany Narciso dir-nos-ia ainda, poucas horas antes de regressar ao seu país:

— Uma coisa deve ficar clara: pela nossa parte, temos o maior interesse em que os jornalistas honestos de todo o mundo visitem Angola, porque não há como a própria realidade para mostrar quem, realmente, tem razão. E que isto é assim, que nós não temos nada a esconder, antes pelo contrário, aí estão a demonstrá-lo as afirmações e os reportagens de diplomatas e jornalistas insuspeitos que nos últimas semanas têm visitado o sul do país.

Países socialistas



A realidade soviética é deliberadamente adulterada por uma «informação» (em que o Telejornal ocupa lugar de honra) cujo método consiste em isolar um ou outro facto escolhido a dedo, silenciando tudo o resto. O caso dos preços é elucidativo: fala-se no aumento da gasolina, mas esconde-se que os preços dos transportes não aumentam desde 1948 (há mais de 30 anos!)

Os preços na União Soviética Que se passa realmente?

De tempos a tempos, verificam-se na União Soviética algumas alterações — ou, se se preferir, correcções — aos preços das mercadorias vendidas a retalho. Isso aconteceu agora de novo e, tal como de outras vezes, houve produtos que aumentaram de preço e outros que diminuíram. Esta é a realidade. Uma realidade, entretanto — também tal como habitualmente... — desavergonhadamente adulterada nos órgãos de informação ao serviço da direita ou que lhe fazem o jogo, segundo os quais as tais alterações ou correcções se transformam no seguinte «facto», puro e simples: os preços aumentam na URSS.

Mas vejamos, realmente, os factos. A partir do passado dia 14, certas mercadorias — medicamentos, produtos de perfumaria, artigos de relojoaria, aparelhos electrodomésticos, certos tecidos — baixaram entre 12 e 37 por cento na União Soviética.

Acentue-se que desde 1 de Julho de 1979, ou seja, há 27 meses, não se regista qualquer alteração dos preços no país. O aumento dos carburantes — mesmo assim 1,5 a 2 vezes mais baratos que na maior parte dos países do mundo — deve-se fundamentalmente aos gastos acrescidos da exploração das novas jazidas na parte oriental da URSS.

O que eles não dizem

Pelo que acima fica dito, já se verifica que dizer que «os preços aumentaram na URSS» é apenas uma meia-verdade a caminho da mentira completa, pois que, primeiro, apenas subiram os preços de um número mínimo de produtos, e segundo, dizer que alguns preços aumentaram sem referir que outros desceram, é deturpar completamente as realidades.

Mas há mais. A informação «objectiva» e «pluralista» esconde, por exemplo, que a presente correcção de preços não afecta os principais artigos e serviços: permanecem invariáveis os preços dos produtos alimentares e outros de primeira necessidade e, simultaneamente, crescem os rendi-

mentos em espécie e em dinheiro da população. Disto não falam os tais jornais nem, muito menos, o Telejornal... Assim como, naturalmente, não dizem que na URSS a carne e o leite não aumentam desde 1962, o pão, as farinhas, os óleos, o açúcar e muitos outros desde 1955, a electricidade, o gás, o telefone e a água desde 1948, os transportes também desde essa data, enquanto as rendas de casa permanecem inalteradas desde 1928, representando hoje, juntamente com os encargos inerentes, 3 por cento do rendimento de uma família operária média.

Programa social

Mas a propósito da especulação que, em alguns meios — os do costume... — se está a fazer com os referidos aumentos, outros factos há da actual realidade soviética que convém ter em conta, pelo menos por parte de quem pretenda formular um juízo correcto e global. Por exemplo: mais de quatro milhões e meio de famílias soviéticas verão os seus orçamentos substancialmente aumentados a partir do dia 1 de Novembro. Também a partir dessa data, serão elevadas as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, e atribuídas novas modalidades de subsídios às mães com mais de cinco filhos.

Tais medidas fazem parte do vasto programa social adoptado pelo 26.º Congresso do PCUS, em Fevereiro deste ano, e que foi inspirado pelo princípio de que os «investimentos no homem» são o meio mais eficaz de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

Recorde-se que foi decidido elevar, durante o quinquénio em curso (1981-86), os rendimentos reais por habitante entre 16 e 18 por cento, assim como aperfeiçoar o desenvolvimento do sector económico dedicado à criança.

Este sector, que abrange os sistemas de ensino e de estabelecimentos pré-escolares, clínicas infantis, instalações desportivas e de re-

creio, é o mais deficitário da economia soviética, pois as mercadorias destinadas às crianças são vendidas abaixo do preço de custo. As perdas são cobertas por dotações estatais.

Eliminação das disparidades

Outro dos problemas que deverá ser resolvido no decurso da década é a disparidade existente entre a cidade e o campo, sobretudo entre os níveis de assistência médica, condições de trabalho, de vida e de divertimento.

Em particular, será feito um grande esforço em relação à Sibéria e ao Extremo-Oriente, onde o rápido desenvolvimento da produção foi acompanhado pela infra-estrutura social. Os programas sociais de 80 contemplam também as questões ligadas à revolução científico-técnica, em especial a da redução do trabalho manual.

Redução do trabalho manual

A mão-de-obra falta na URSS, mas grande número de trabalhadores estão ainda empregados com pouca eficácia. Por isso, foi decidido implantar à maior escala possível, computadores, robots e sistemas de gestão automatizados, entre outros. Tudo isto exigirá naturalmente ao trabalhador um esforço intelectual mais intenso, obrigando-o a aperfeiçoar permanentemente a sua qualificação e cultura. Mas, para tanto, é necessário que ele tenha boas condições de habitação e de serviços, e que utilize mais racionalmente os seus tempos livres.

Igualização

Nesta tarefa de igualização gradual do nível do bem-estar, cabe um papel de relevo aos fundos sociais de consumo, que cobrem as despesas como instrução, assistência médica e social e outras necessidades sociais.

O seu valor foi assim acrescido, elevando-se em 1981 para 121,5 mil milhões de rublos (um rublo equivale a cerca de 80 escudos), o que representa sete vezes mais que a verba destinada à defesa. Em 1985, prevê-se que eles atinjam 2 mil rublos em média, por ano e por família de quatro pessoas.

História

Cédulas do Tarrafal — quem as conhece?

«É criada uma colónia penal para presos políticos e sociais, no Tarrafal, na ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde» — assim se pode ler no decreto 1.º 26 539, que, em 1936, dá forma à ideia da construção do campo de concentração.

O Decreto N.º 23 303, de 6 de Novembro de 1933, previa a construção de prisões fora dos limites geográficos de Portugal Continental. Este decreto, além de mencionar o que o governo entendia por crimes políticos, acrescentava: «a pena de desterro será cumprida em recinto ou colónia penal estabelecida em uma ilha das colónias, exclusivamente destinada a tal fim, à escolha do governo».

A linguagem do decreto era serena, objectiva, nela nada transparecia das verdadeiras intenções dos governantes. Até dava a impressão de que estavam interessados em preservar a nossa saúde e vida...

Os primeiros presos

Dizia o referido decreto no seu preâmbulo: «Depois de um reconhecimento cuidadosamente feito por técnicos a diferentes ilhas do Arquipélago de Cabo Verde, chegou-se à conclusão de que o lugar do Tarrafal, na ilha de Santiago, reunia as condições necessárias à instalação, sob o ponto de vista higiénico, de vigilância e de recursos naturais de comunicação indispensáveis ao seu bom funcionamento».

O certo é que esta zona era, precisamente, a mais inhóspita do Arquipélago devendo o sentido das palavras contidas no preâmbulo do decreto ser interpretado no sentido diametralmente oposto. De tal modo que, em meados de 1937, se manifestou ali uma tremenda epidemia da qual resultou a morte dos primeiros 7 presos...

O campo foi inaugurado em 29 de Outubro de 1936 e teve como primeiro director, o capitão Manuel Martins dos Reis, que desempenhou aquele cargo até 17 de Novembro de 1937.

Andavam, então, a concluir os trabalhos empreendidos no campo, como seja a montagem da rede de arame farpado com postes de ferro, duplos, com cerca de 3 metros. Exterior aos arames, uma vala com 3 metros de fundo e 3 metros de largo, vala esta construída algum tempo depois da inauguração do campo. Este, era um rectângulo com 250x150 metros, cercado, como se disse, por uma tela de arame farpado.

Ali inicialmente, foram alojados os 151 presos que constituíram a primeira leva, em 12 barracas de lona, com 7 metros de comprimento por 4 de largura, 12 presos por cada barraca. Tratava-se, claro está, de presos políticos, parte dos quais foram da fortaleza de Angra do Heroísmo (Açores), e os restantes idos do continente.

Os antecedentes

Dada a situação que então se vivia, em 1936, com a guerra civil em Espanha (18 de Julho) e a séria ameaça nazi que começava a pairar no panorama político europeu, a Revolta dos Marinheiros (8 de Setembro), fizeram apressar a «construção» do campo e a 18 de Outubro de 1936 foram embarcados no «Luanda» os primeiros 151 presos dos 360 que por ali

assim, compras no exterior.

Sucedeu até, que de encomendas enviadas pelas famílias, muitas eram desviadas para venda na cantina lesando, assim, os seus legítimos donos. O director tornou-se, também, um reles ladrão. E isto atingiu tais foros de escândalo que foi ao Tarrafal um inspector da PIDE, o major Antão Nogueira,

cédula e, na mesma cor, em caracteres grandes, os dizeres «colónia penal de cabo verde», o n.º....., «Cédula representativa de Cent: \$10 (figura 1 e, no canto inferior esquerdo, os dizeres: «Esta cédula circula exclusivamente dentro da colónia penal». À direita, em caracteres cheios, a designação: o director.

O texto que junto publicamos é da autoria do nosso velho camarada e leitor amigo João da Silva Campelo, constituindo um valioso contributo para a história do Campo da Morte Lenta.

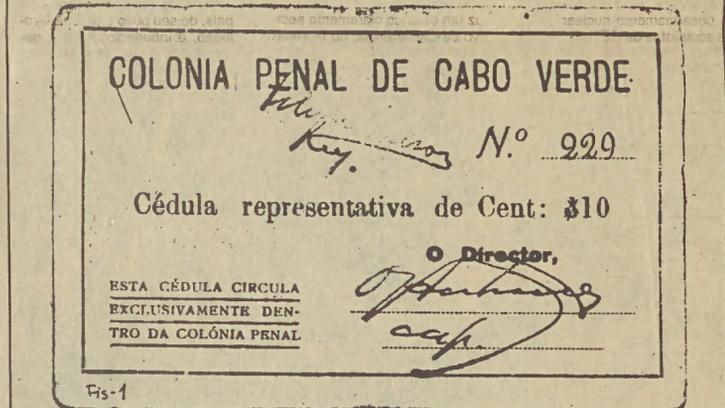
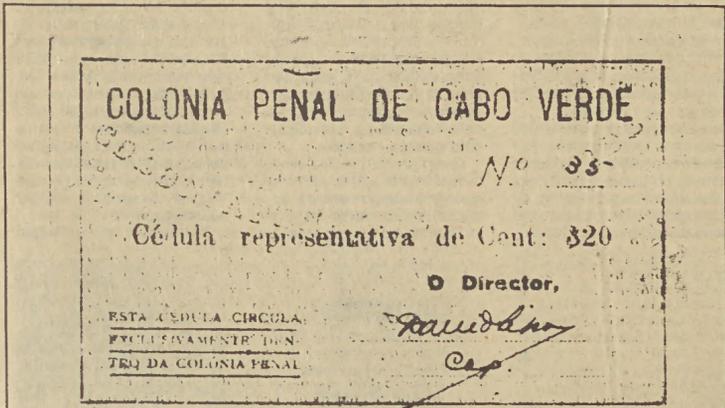
ra, que mandou encerrar a cantina. Isto deveu-se — e disso todos os presos se convenceram — a denúncia dos próprios guardas, que também se sentiam lesados como «monopólio» descaradamente instituído pelo director.

As primeiras cédulas

Foi com a 2.ª direcção do capitão José Júlio da Silva (8

Esta primeira emissão, de 10 valores, distingue-se de uma segunda, aparecida mais tarde, com a 6.ª e última direcção, não só pela cor uniforme das cédulas como pelo carimbo que ostenta no verso, ao centro, com os dizeres «Polícia de Vigilância e Defesa do Estado — Colónia Penal de Cabo Verde».

Não se sabe se a emissão foi da iniciativa do Director,



dinheiro continental, uma desvalorização de 10%, negócio chorudo para o Banco Ultramarino. Naturalmente, procurámos tirar partido da situação, cedendo o dinheiro aos guardas em troca de artigos que nos trariam do exterior, como géneros, tabaco, papel de escrever, etc.

O próprio director, dando-se conta do aspecto lucrativo do negócio, montou uma cantina no campo para tornar obrigatória a compra, ali, de tudo que necessitávamos e era autorizado, evitando,

do Inspector ou da própria PIDE; não se sabe, também, o número de cédulas emitidas para cada valor. O curioso é que se não conhecemos exemplares das primeiras cédulas postas em circulação porque em nenhuma se vê o nome do director de então, cap. José Júlio da Silva, nem do 3.º director, seu substituto, cap. João da Silva (21 de Outubro 1938/7 de Julho de 1940). Encontram-se, sim, os nomes dos directores que, a seguir, exerceram essas funções, cap. Olegário José Antunes (7 de Agosto 1940/30 de Novembro 1942), cap. Filipe Barros (figura 1) (30 de Novembro 1942/31 de Dezembro 1944) e a fechar o ciclo de capitães directores, o cap. David Prates da Silva (1 de Janeiro 1945/26 de Janeiro 1954). Nesta data foi o campo encerrado e todo o pessoal bem como um grupo diminuto de presos comuns que ali se encontravam num sector à parte, foram transferidos para Angola (Bié), onde havia sido construído um novo campo mas destinado (diziam) só a presos comuns...

Há cédulas com a assinatura de 3 directores: Olegário Antunes, Filipe Barros e Prates da Silva, o que quer dizer que à medida que ia aumentando a população prisional havia necessidade de lançar mais número em circulação; as cédulas em circulação, à medida que recolhiam, temporariamente, por efeito de pagamentos feitos pelos presos, eram visadas com rubricas dos directores de então.

Segunda emissão Sucedeu que, precisamente com a última direcção (David Prates da Silva) que foi a direcção mais duradou-



ra, surgiu uma nova emissão de cédulas, exactamente iguais às primeiras, apenas com a particularidade de não serem da mesma cor, mas cada valor com cor diferente. Assim, por exemplo, quanto às que verifiquei, temos: 5 centavos, castanho-claro; 10 ctv., roxo; 20 ctv., castanho-escuro; 50 ctv., avermelhada (mesma cor da 1.ª série); 1 esc., verde; as medidas são, em geral, 123x80mm mas muito mais irregulares que as da primeira emissão. Devem ter sido impressas em qualquer tipografia da cidade da Praia, trabalho feito um pouco ad-hoc. O papel é um pouco espesso, mas vulgar. Além da particularidade da cor, a distinguir as duas emissões há, ainda o carimbo que ostentam no verso e que é diferente. Este já não é o da «Polícia de Vigilância e Defesa do Estado» (2), mas sim, «colónia penal — cabo verde», em caracteres grandes (figura 3), carimbos esses ambos circulares. Nesta data já a colónia penal havia transitado para a jurisdição do Ministério da Justiça. No entanto, os presos, na sua correspondência e por acordo tácito, continuavam a designá-la, na sua correspondência, por Campo de Concentração do Tarrafal.

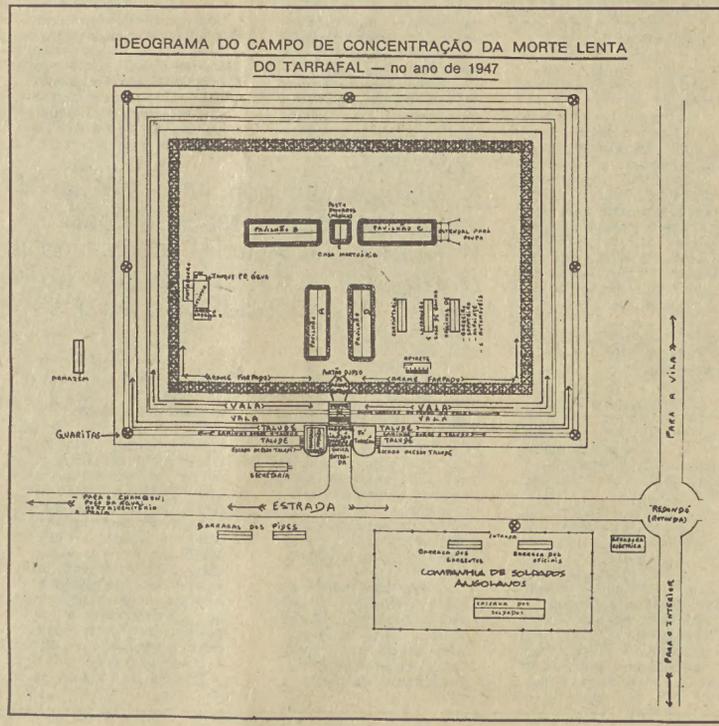
Na (figura 4), uma cédula de 20 centavos, da 1.ª emissão, com a assinatura do último director, possivelmente no princípio do seu «reinado», quando ainda não pensava em nova emissão de cédulas. Possivelmente, o «stock» inicial já se havia esgotado e, daí, a necessidade de nova emissão. Mas também acontece que a população prisional já havia então diminuído substancialmente, sobretudo a partir de 1945, quando de uma pseudo-amnistia. Assim, mostra-se a pequeno mapa respeitante à evolução da população prisional de 1936 a 1954:

Table with 2 columns: Year and Prisoner count. 1936 — 151, 1937 — 192, 1938 — 187, 1939 — 212, 1940 — 197, 1941 — 228, 1942 — 250, 1943 — 241, 1944 — 210, 1945 — 112, 1946 — 52, 1947 — 48, 1948 — 43, 1949 — 31, 1950 — 26, 1951 — 18, 1952 — 12, 1953 — 11.

E, caso curioso e inacreditável, até ao encerramento do campo, em 26/1/1954, e durante uns três meses, apenas existiu um único preso, com dezenas de guardas e soldados a vigiar um mês e 27 dias.

E já que estamos em maré de estatísticas e, num caso destes, não podemos dissociar a emissão de cédulas de implicações de ordem política e social, dado tratar-se de uma prisão onde, sem assistência médica, morreram 32 dos nossos, podemos dizer que dos presos que passaram pelo Tarrafal, e foram 340, somaram, ali, um total de dois mil anos, onze meses e cinco dias de prisão, ou seja mais de 20 séculos de vida roubados a homens que eram energia consciente e criadora dirigida para a felicidade do povo de que faziam parte, uma energia que ali se mantinha presa, para que, lentamente, fosse destruída.

Também é verdade que, nestes mais de 20 séculos de prisão estão incluídos 747 anos que foram cumpridos por numerosos presos para além das penas aplicadas pelos tenebrosos «tribunais especiais».



Advertisement for 'LENINE E A REVOLUÇÃO' by Albert Williams. It features a black and white illustration of Lenin and other revolutionaries, with the text 'edições Avante!' and 'O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético'.

Internacional

Porquê, senhor general?

A visita do secretário de Estado norte-americano, Haig, à RFA e a Berlim Ocidental foi acidentada. Milhares de manifestantes, que englobavam mesmo parte da juventude de partidos governamentais como o Liberal e o Social-Democrata, deixaram clara a sua desaprovção desta visita e exigiram o fim da corrida aos armamentos e da produção da bomba de neutrões.

Se no comunicado final se registam só as concordâncias de pontos de vista entre a RFA e os Estados Unidos, a verdade é que nem tudo se passa de forma tão linear. Há a imensa pressão de massas contra a militarização da vida política internacional, e há que contar também com os interesses económicos, que levam Schmidt a dizer não à pretensão norte-americana de anulação do acordo com a União Soviética para fortalecimento de gás à RFA.

Por fim Haig «desabafou», num discurso na Associação de Imprensa Berlimense (Berlim Oeste), acusando os europeus de «falta de fé na democracia» e, sobretudo, de utilização de «dois pesos e duas medidas», contra os EUA e a favor da URSS. Nem mais.

Dezenas de milhares de manifestantes contra a política agressiva de Reagan

A deslocação de Haig a Berlim Ocidental e à RFA, foi acom-

panhada de importantes manifestações populares contra a sua presença em ambos os Estados, contra a corrida aos armamentos, contra a bomba de neutrões.

Em Berlim Ocidental cerca de 50 mil pessoas exigiram o fim da produção da bomba de neutrões. Em Bonn, uma manifestação idêntica foi convocada por 25 organizações. Também em Frankfurt se realizou uma manifestação com as mesmas palavras de ordem.

Estas manifestações foram reprimidas. Nalguns casos com mangueiras de água e gás lacrimogéneo. Registraram-se dezenas de prisões. Não sabemos bem de que europeus Haig fala, mas sem dúvida não se refere às forças repressivas e aos que ordenam a repressão contra manifestantes pela paz. Esses têm «fé na democracia» made in Casa Branca.

As manifestações agora realizadas testemunham, uma vez mais, do amplo movimento pela

paz e contra a corrida aos armamentos que se tem vindo a desenvolver por toda a Europa, e particularmente na RFA e em Berlim Oeste, e que nalguns casos assume mesmo características abertamente anti-americanas (e por alguma razão será, apesar da estranha estranheza de Haig...), encontrando-se por exemplo frases nas paredes dizendo: «guerra nunca mais, americanos rua». Parece bem claro.

Washington, vítima de incompreensão?

E aqui começa o «drama» de Washington. É que na Europa parece que são poucos os que «compreendem» a Casa Branca... E assim, entre absurdas e repetitivas acusações à União Soviética, Haig acusou os europeus de usarem «dois pesos e duas medidas» (supomos que esta «acusação» não englobará gente como a senhora Thatcher que, claro está, sabe sempre usar a medida certa...). Acusou e «explicou» a sua acusação, perguntando: «Onde estão as manifestações contra o Vietnã, esse país que lançou na escravidão as suas populações meridionais, se apoderou do

Kampuchea e ameaça a paz na Ásia do Sudeste?

«Onde estão as manifestações contra a Líbia, esse país que financia o terror e os seus assassínios, longe das suas fronteiras, que invadiu e ocupou o Chade? Onde estão as manifestações contra a URSS que, apesar das suas profissões de fé e de boa vontade, lançou-se num esforço militar gigantesco e desmedido em relação às suas necessidades defensivas?»

«O Afeganistão está ocupado desde 1979, a cultura, a religião, a vida nacional afegãs estão ameaçadas de destruição, mas não vejo manifestações». E atacando manifestações contra a bomba de neutrões, acrescentou: «São os tanques soviéticos, quarenta mil, e não as defesas antitanques da NATO que ameaçam a paz na Europa. É a expansão rápida do arsenal nuclear soviético, no cenário europeu, que obriga a NATO a reagir».

Os povos estão enganados?

Boas perguntas, senhor general. Perguntas que podem levar as pessoas a meditar. Nós também perguntamos: porquê? Sejamos justos. A partida há

que excluir a hipótese de que a CIA trabalhe mal, de que as forças contra-revolucionárias se tenham desleixado na defesa dos magnos interesses do capital monopolista. Nesse domínio estaremos todos de acordo.

Resta concluir que talvez o desacordo seja entre o imperialismo e os povos do mundo. Provavelmente o povo do Vietnã prefere a construção livre da sua pátria socialista à criminosa guerra que lhes foi imposta por Washington e de que, é bom lembrar sempre, saiu vitorioso através de uma acção inegavelmente heróica, exemplo para todos os povos que se batem pela sua libertação. Talvez o povo do Kampuchea prefira construir livremente uma nova vida a suportar a ditadura genocida de Pol Pot, apoiada pelo regime de Pequim, que Washington confessa ser seu aliado. E acontece que no Médio Oriente a Líbia é um exemplo de como um regime ao serviço do seu povo pode garantir o bem-estar generalizado, enquanto, não sabemos por que estranha «injustiça», a totalidade dos povos árabes e dos seus governos — com raríssimas e conhecidíssimas excepções — considera Israel o agressor e não se queixa do «terrorismo»

libro mas sim do terrorismo sionista.

A propósito do Afeganistão — porquê esse comprometedor silêncio em relação às propostas do respectivo governo para retirada de todas as forças estrangeiras do país e de todos os apoios às forças contra-revolucionárias — ou será que afinal os EUA sempre estão a apoiar por todos os meios tais forças e não querem — os EUA, não a URSS — retirar, não querem deixar de se ingerir nos problemas internos do Afeganistão?

Fica-nos a questão da paz entre mãos. Da paz e da corrida aos armamentos. A ameaça vem da URSS? Os povos estão enganados? Mas como pensar de outra forma se a ameaça nunca veio da URSS e veio sempre do imperialismo? Como pensar de outro modo se todas as inovações no domínio do armamento partem dos Estados Unidos? Como pensar de outra maneira se todas as propostas de paz vêm da União Soviética e restante comunidade socialista — e se nas vésperas de um possível encontro na ONU entre representantes de ambos os países, o general Haig fala a mais inequívoca linguagem da «guerra-fria», que claramente deseja «guerra-quente»?

SEMANA Internacional

9 Quarta-feira



O governo francês, dando cumprimento às propostas eleitorais de François Mitterrand, nacionaliza a banca privada, colocando sob o controlo do Estado 95% dos depósitos bancários abrangendo 36 instituições bancárias e aprova o controlo de 51% dos monopólios «Matra» (armas e telecomunicações) e «Marcel Dassault» (aviação civil e militar) ■ Elísio de Figueiredo, representante angolano na ONU, revela que as tropas racistas sul-africanas já causaram mais de 700 mortos desde que no passado dia 23 de Agosto invadiram território angolano, mantendo no sul do país um contingente de 15 000 homens ■ O governo cubano acusa formalmente a CIA de utilizar armas bacteriológicas contra Cuba, causadoras nomeadamente de um surto epidémico surgido em Havana, a «conjuntiva hemorrágica», e que se manifestou, de 3 a 7 deste mês, já em 1815 pessoas, sendo uma doença desconhecida na ilha de Cuba e no seu hemisfério. ■ A União Soviética divulga um memorando no qual adverte sobre as consequências para o equilíbrio militar na Europa da anunciada entrada de Espanha na NATO ■ Prossegue a vaga repressiva no Egipto, segundo o próprio jornal governamental «Al Ahram», que anunciou que a polícia secreta prendeu nos últimos dias um número indeterminado de pessoas envolvidas numa pretensa organização clandestina acusada de «espionagem» e «tentativa de derrube» do presidente Sadat.

10 Quinta-feira



O governo da Nicarágua decreta o estado de emergência, proíbe as greves, eleva os impostos sobre importações e reduz as despesas governamentais, num esforço para reconstituir a débil economia nacional, que permaneceu em estado caótico depois de um ano de guerra civil. ■ O regime de Somoza, que derrubou a ditadura fascista de Somoza e causou mais de 50 000 mortos antes da Frente Sandinista de Libertação Nacional ter assumido o poder, o governo, antes de decretar o «estado de emergência nacional social e económico» consultou os dirigentes de todos os sectores do país ■ O jornalista da BBC, Michael Woodrige, ferido em Angola num ataque aéreo sul-africano, confirma em Lisboa que o regime racista de Pretória parece pretender estabelecer uma «zona tampão» no sul de Angola ■ A conferência anual do Congresso dos Sindicatos Britânicos (TUC) aprova em Blackpool, por clara maioria, uma resolução exigindo um futuro governo trabalhista e a retirada da Grã-Bretanha da CEE.

11 Sexta-feira

O dirigente religioso iraniano, «ayatollah» Assodolah Madani, é assassinado na praça Namaz da cidade de Tabriz, num atentado que causou mais seis mortos e 12 feridos; segundo a rádio iraniana um dos mortos é o autor do atentado que despoletou uma granada junto do estrado onde Madani dirigia as orações de sexta-feira ■ A imprensa de Lusaka anuncia que forças militares sul-africanas atacaram anteancoem objectivos militares e civis no Sueste da Zâmbia, concretamente na fronteira com a Faixa de Caprivi (território da Namíbia, ilegalmente ocupada pelos racistas) ■ A rádio clandestina «Venceremos» anuncia que a guerrilha salvadoreña abateu cerca de 30 soldados ao repelir uma ofensiva de quatro dias das tropas ao serviço da junta fascista na província de Usulután ■ Termina em Blackpool a conferência anual da Federação dos Sindicatos Britânicos (TUC) com a aprovação de uma «resolução que propõe o desarmamento nuclear unilateral na Grã-Bretanha ■ Os partidos socialistas da CEE afirmam em Bruxelas que a bomba de neutrões converte a Europa na possível vítima de uma eventual terceira guerra mundial ■ Registram-se no Cairo, capital egípcia, violentas cargas policiais e novas prisões, enquanto o regime de Sadat anuncia mais uma «esmagadora vitória» num novo referendo feito à medida dos interesses do regime.

12 Sábado

A Assembleia Nacional francesa aprova um projecto de lei que dá maior autonomia aos governos locais, começando a desmantelar o sistema administrativo concebido por Napoleão, que concentra o poder em Paris ■ A cimeira dos países da Linha da Frente exige a retirada total dos racistas sul-africanos que se encontram no sul de Angola e pede à OUA que mobilize todo o auxílio militar possível para expulsar os invasores ■ O órgão oficial do POUP, «Trybuna Ludu», levanta pela primeira vez a possibilidade de o «Solidariedade» poder perder o seu estatuto legal, em virtude da clara transformação em organização política, que já nada tem a ver com os objectivos inicialmente propalados pelos seus dirigentes.

13 Domingo

Cerca de 30 000 pessoas manifestam-se nas ruas de Berlim Ocidental contra a política armamentista dos EUA, no momento em que o secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, visita a cidade; a polícia prendeu 75 manifestantes, envolvendo-se em cenas de violência que provocaram vários feridos, entre policiais e manifestantes ■ Rádio Teerão anuncia que as próximas eleições presidenciais se realizarão já em 2 de Outubro ■ A Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos Libanês e Palestino, realizada em Beirut, denuncia que os EUA e Israel planeiam novas agressões contra o Líbano e a Síria

14 Segunda-feira



A Assembleia Geral da ONU recomenda, após uma votação sem votos contra, ao Conselho de Segurança que imponha um boicote total contra a África do Sul para obrigar o regime racista a aceitar o plano de independência da Namíbia; entretanto prossegue em Angola a agressão e pilhagem do exército racista e mercenários ao seu serviço ■ A agência soviética TASS classifica de monstruosa e difamatória a acusação de Alexander Haig, na sua visita à RFA, de que a URSS estava envolvida no uso de armas químicas na Indochina, recordando por outro lado que «em toda a história das relações internacionais nenhum Estado usou armas químicas tão amplamente como os EUA».

15 Terça-feira

Kaara Willoch, o dirigente do Partido Norueguês que venceu ontem as eleições no país, começa negociações com os partidos democrata-cristão e centrista para formar um novo governo ■ O general Frederick Kroesen, comandante das forças do Exército americano na Europa, escapa com ligeiros ferimentos de um atentado à bomba e a tiro em Heidelberg, na RFA ■ O primeiro-ministro grego, George Rallis, apresenta a demissão do seu gabinete ao presidente Caramánlis a fim de se prepararem as eleições gerais para 18 de Outubro.

Efeméride da Semana — A 10 de Setembro morre vítima de grave doença o camarada Agostinho Neto, líder da luta do povo angolano contra o colonial-fascismo, primeiro Presidente da República Popular de Angola e um dos mais prestigiados dirigentes da luta de libertação em África.

Líbia, um país em rápido progresso

Entrevista com uma delegação do PCP regressada de Tripoli

De 28 a 31 de Agosto realizou-se na Líbia a Conferência Mundial de Solidariedade com o povo da Jamahiriya (Líbia), conferência que coincidiu com as comemorações do 12.º aniversário da Revolução Líbia, a 1 de Setembro. Na Conferência e nas celebrações esteve presente uma delegação do Partido Comunista Português, constituída pelos camaradas António Graça, do Comité Central e António Ângelo, da Secção Internacional, que se deslocou a Tripoli a convite do Comité do Secretariado do Congresso Geral do Povo da Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista e do Secretariado Permanente de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua Causa Central: Palestina.

Em declarações ao «Avante!», o camarada António Graça faz um balanço claramente positivo da Conferência, do estreitamento de relações entre o nosso Partido e a Direcção Revolucionária Líbia, e da própria realidade que se vive naquele país. — Que balanço fazes da Conferência de Solidariedade?

A Conferência de Solidariedade com o Povo da Jamahiriya decorre de resoluções da Conferência de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua Causa Central: Palestina, realizada em 1979, em Lisboa, e foi organizada pelo seu Secretariado Permanente. Não é a primeira vez que o PCP participa nesta conferência: já em 1980 esteve presente com uma delegação encabezada por Rogério de Carvalho.

Na Conferência agora realizada participaram 260 organizações de 86 países, num total de cerca de 650 delegados. Ela realizou-se num momento particularmente crítico, dadas as pressões, ameaças, provocações e agressões do imperialismo, em especial do imperialismo norte-americano e dos seus lacaios e agentes na região do Médio Oriente, contra a Jamahiriya Líbia — e recordo aqui designadamente a agressão dos EUA contra dois aviões líbios em águas territoriais e no espaço aéreo da Jamahiriya —, o que naturalmente mobilizou forças e organizações de todo o mundo,

inclusive organizações dos próprios EUA, em apoio daquele país, do seu povo e da sua revolução, e influenciou todo o decorrer dos trabalhos e as resoluções adoptadas.

O dirigente da revolução líbia, coronel Kadhafi, interveio na sessão de abertura, sendo o seu discurso adoptado pela Conferência como um dos seus documentos. Na sua intervenção, Kadhafi propôs designadamente que Tripoli passasse a ser um centro de luta contra o imperialismo, o racismo e a reacção.

Não é possível dar aqui, numa curta entrevista, sequer um resumo das numerosas intervenções das diversas organizações, países ou personalidades, dada a sua vastidão, complexidade e riqueza de conteúdo. Devo sublinhar, entretanto, que todos afirmaram apoio à luta do povo árabe líbio e da sua Direcção Revolucionária contra todos os complots urdidos pelo imperialismo americano e pela aliança tripartida de Camp David e exprimiram indignação e vigorosa condenação da agressão em águas territoriais e no espaço aéreo da Jamahiriya perpetrado pela 6.ª Esquadra americana no golfo de Syrte.

Para além do discurso do coronel Kadhafi, a Conferência adoptou diversos documentos de solidariedade com a Líbia, contra a invasão de Angola, contra a corrida aos armamentos e uma mensagem a enviar aos

países não alinhados por ocasião do 20.º aniversário da criação do Movimento.

— Qual a participação da nossa delegação nos trabalhos da Conferência?

A nossa delegação apresentou à Conferência uma comunicação que foi por mim lida na Tribuna. Nela expressamos a nossa solidariedade para o povo trabalhador árabe líbio, a sua Direcção Revolucionária e a sua luta pelo progresso e a justiça social, pela salvaguarda das conquistas históricas e da soberania nacional da Jamahiriya, demos a nossa opinião sobre diversas questões da actualidade internacional e expressamos a nossa firme vontade de continuar a agir no sentido do reforço das relações de amizade e cooperação fraternal entre o PCP e a Direcção Revolucionária da Jamahiriya Árabe Líbia, no interesse da aproximação e amizade entre os povos de Portugal e da Líbia, ao serviço da causa comum da unidade das forças revolucionárias e da luta pela liberdade, o progresso e a paz.

— Como decorreram as comemorações do 12.º aniversário da Revolução?

As comemorações tiveram o seu ponto mais alto no dia 1 de Setembro, na Praça Verde, com o desfile militar, de manhã, e a concentração popular, à tarde.

Quanto às primeiras, foi impressionante o apurmo e a dignidade com que desfilaram muitos milhares de homens e mulheres (Companhias de mulheres comandadas por oficiais mulheres), bem como a quantidade e a qualidade do equipamento, desde o fardamento e das armas ligeiras até aos carros anfíbios, tanques, material de transmissões, foguetões, etc., etc., numa quantidade e variedade surpreendentes, tudo desfilando de forma impecável, a demonstrar uma elevada preparação de pessoas e a boa qualidade e condições do material.

Na concentração popular da tarde, e depois de terem falado Daniel Ortega, coordenador geral do governo da Nicarágua, Yasser Arafat, da OLP e Goukouni Wedei, presidente do Tchad, o coronel Kadhafi pronunciou um importante discurso, em que abordou, entre outros, temas tão importantes como o das alianças militares, das alianças políticas e o apoio aos povos em luta pela sua libertação.

— Vocês ainda chegaram a contactar um pouco com a realidade líbia. Que impressões trazem desse contacto?

Tivemos ocasião de fazer diversas visitas e empreendimentos industriais (uma refinaria de petróleo, por exemplo) e outros, de passear pelas ruas, ir às lojas, aos supermercados, etc., e até fomos convidados por uma família líbia para ir a sua casa. Andámos por onde quisemos e vimos com atenção. Constatámos que a Jamahiriya Líbia é um país em rápido progresso em todos os domínios, designadamente na construção de habitações, na indústria e na agricultura, no acesso à cultura, na saúde, etc. Não há mendicância nem outras formas de miséria tão frequentes no nosso país. A criminalidade é provavelmente mínima: não vimos nenhuma manifestação de tal tipo de doença social. Verificamos por todo o lado uma grande cordialidade entre as pessoas, a par de um bem-estar generalizado que progride de forma acelerada. Sobre todas estas questões muito mais (de bom) haveria, naturalmente, a dizer.

Por último quero deixar expresso nesta entrevista que a nossa delegação (como decerto todas as outras) teve um acolhimento caloroso e amigo em todos os locais onde esteve, oficiais ou não oficiais, incluindo nas ruas, por onde passeámos todos os dias e contactámos com pessoas ao acaso.

Solidariedade com os povos palestino e libanês

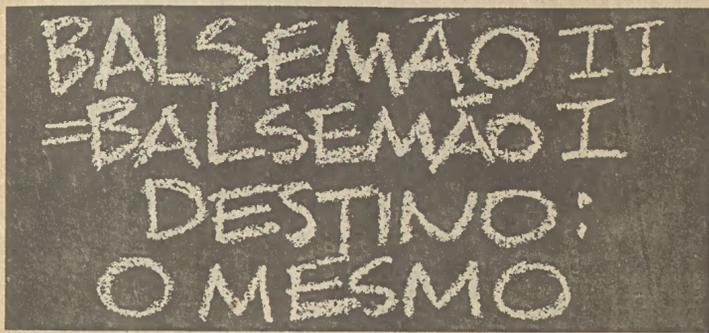
Realizou-se de 10 a 12 de Setembro, em Beirut, capital do Líbano, a Conferência Internacional de Solidariedade com os povos da Palestina e do Líbano. Esteve presente nesta Conferência uma delegação portuguesa composta por Carreira Marques, pelo PCP, Jorge Lemos, pelo Conselho Mundial da Paz e Vasco Graça, pelo Sindicato dos Professores de Lisboa. No próximo número daremos alguns elementos sobre os trabalhos da Conferência e que resoluções foram aí aprovadas. Neste momento o «Avante!» optou por este conjunto de fotografias. Porque nenhuma palavra pode exprimir aquilo que elas nos dizem. E solidariedade



implica também conhecimento dos factos. Às 10.30 da manhã de 17 de Julho, o bairro de Fakhani, um dos mais populosos de Beirut, fervilhava de vida como o testemunham as fotos da esquerda em baixo. Alguns minutos mais tarde pouco mais restava que escombros. A aviação israelita lançou cerca de 2000 bombas sobre este bairro. Em cerca de meia hora morreram 200 pessoas, cerca de 700 ficaram feridas (um terço das quais crianças). Um verdadeiro massacre. Um exemplo da política seguida pelo governo terrorista de Begin apoiado pelo imperialismo norte-americano.



Política nacional



O discurso do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão proferido na segunda-feira passada na Assembleia da República e durante o qual pretendeu apresentar o programa do Governo caracterizou-se pela velocidade de hora de ponta — ou seja, falando numa linguagem automobilística que o Primeiro-Ministro compreende: não serve de nada ter um «Porsche» quando há um engarrafamento na auto-estrada. O discurso do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão foi precisamente isso: primeira, segunda, primeira, segunda. A «crise» meteu-a só durante alguns segundos quando falou da revisão constitucional e da revisão da lei laboral. Aqui levantou a voz e pretendeu mesmo ser arrogante. Nesta altura, perdeu a sua atitude rígida e conseguiu olhar para as bancadas da esquerda na Assembleia da República. Registe-se o esforço. Mas se o leitor pensa que o entusiasmo reinava entre as bancadas da aliança que sustenta este arremedo de Governo está muito enganado. O mais profundo desinteresse fluía por entre os deputados — tanto do PPD como do CDS e os do PPM encontravam-se afundados pelo peso da real coroa — com especial destaque para Helena Roseta e Sousa Tavares que não aplaudiram o discurso do seu Primeiro-Ministro, muito embora por uma questão de disciplina partidária se tivessem colocado de pé quando este acabou de falar. E acabou de falar para satisfação de todos os presentes que respiravam aliviados pelo intervalo de 45 minutos que o Presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida, concedeu ao plenário antes de recomencem os trabalhos. Balsemão tinha lido 55 páginas de prosa... e conseguiu não convencer ninguém. Isto apesar de ter dito algumas verdades, como seja o facto de ter referido que «Portugal é, em 1981, um dos países mais atrasados da Europa, e em que as condições de vida da generalidade da população se afastam consideravelmente dos padrões médios europeus». Mas Balsemão não disse — e não vai dizer — o que é que o Governo AD (que começou em princípios de 1980 com Sá Carneiro e Freitas do Amaral) fez para nos tirar desta posição em que a própria AD contribuiu para nos colocar. Em contrapartida, Balsemão foi pródigo em apresentar exemplos do que tencionava fazer — ou melhor, do que outros tencionam fazer — para continuarmos na cauda dos países mais pobres da Europa. Acautelem-se pois os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios industriais e comerciantes, que a vida não vai ser fácil com este Governo ou outro semelhante. Inseguro, Balsemão lia o seu discurso aos supetões, enquanto nas suas próprias bancadas de apoio o

desinteresse era manifesto. Apenas Silva Marques, deputado do PPD e recém-director do «Povo Livre» — órgão oficial do PPD — sublinhava cada passagem do discurso com uma efusiva salva de palmas, como a querer garantir o lugar de chefe de claqué de um teatro de revista qualquer. Por toda a parte o desinteresse. «Mas que purga!» — seria capaz de exclamar Eça de Queirós se tivesse a desdita de assistir a esta sessão da Assembleia, ao que Ramalho Ortigão logo acrescentaria: «Só à bengalada, menino, só à bengalada!». Mas voltando, infelizmente, à realidade. Balsemão teve o desprazer de afirmar, a dado passo do seu discurso, referindo-se à regionalização (não importa aqui a regionalização e sim a intenção de Balsemão): «Ao contrário de tantos outros, que prometeram mas nada fizeram, nós vamos, decidida mas ponderadamente, cumprir». O menos que nos pode dar vontade é de rir. Até agora não houve um único governo AD — e já lá está o terceiro, para nosso mal — que tivesse cumprido a menor promessa feita. O primeiro Governo Balsemão, cujos exemplos estão ainda vivos na memória das populações, não deixa margem a dúvidas. Basta sentir as condições de vida para que os Governos AD nos atiraram e continuam a pretender atirar. Mas Balsemão foi mais longe, talvez por pressão da CIP, do FMI ou, quem sabe, da esquadra da NATO que faz manobras na costa portuguesa em prejuízo dos pescadores, também eles um «enxame de parasitas» a que urge pôr cobro e que «sugam o suor e o esforço daqueles que toimam em fazer do nosso país uma comunidade desenvolvida». Balsemão falou da lei da greve e dos despedimentos que, na sua (?) opinião, urge rever. Aqui engrossou a voz, talvez para agradecer a Freitas do Amaral e Ferraz da Costa, este último, presidente da CIP. E disse que se torna cada vez mais necessário rever a legislação da greve, manifestando opinião idêntica sobre a lei dos despedimentos, que só pode ser para a agravar. A sua sanha lançou-se também sobre a revisão constitucional, namorando por vezes o Partido Socialista, para que este aceda em esvaziar a Constituição de todo o articulado progressista. Foi um discurso fraco, inútil, próprio de um Governo que está na cauda da Europa. Foi um discurso que apresentou quatro opções de que ninguém fala, mas que esqueceu a quinta opção — o desejo do Povo português em ver este Governo e esta aliança pelas costas. Para finalizar — foi um discurso que nos faz pensar que a Constituição devia conter um parágrafo estabelecendo um «numerus clausus» para o cargo de primeiro-ministro. Pelo menos, para primeiro-ministro de governos destes.

Este não é um governo para resolver a crise mas é ainda a crise de governo — declarou Veiga de Oliveira na AR

Há nove meses, contados dia por dia, o Primeiro-Ministro Balsemão anunciou-nos que estávamos perante um Governo para quatro anos e com garantia de estabilidade. Hoje, nove meses depois, é o mesmo Pinto Balsemão que vem aqui apresentar-nos o Governo e Programa, sem uma justificação, sem uma desculpa, e com a mesma aparente insensibilidade face aos reais problemas do país e do povo.

Iniciando assim a sua intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PCP, no período reservado às interpeleções dos partidos ao Primeiro-Ministro, o camarada Veiga de Oliveira, que antes referira ter o seu Grupo Parlamentar apresentado uma moção de rejeição do Programa do Governo (que noutro local abordamos mais em detalhe) interrogou: *É ou não verdade sr. Primeiro-Ministro que há nove meses passados nos garantiu a pés juntos que o seu Governo era estável, competente e capaz e perduraria durante quatro anos?* *É ou não verdade que então lhe dissemos que a sua repetição obsessiva e monótona do Governo de quatro anos, competente é capaz, era justamente um sintoma e ao mesmo tempo a tentativa de ocultar a sua fragilidade e a falta de vontade e capacidade para responder às necessidades e exigências do Povo português?* *Quem tinha e teve razão? O sr. Primeiro-Ministro ou o PCP e o seu Grupo Parlamentar que então alertou para a precariedade do Governo Pinto Balsemão/AD e para a sua queda a curto prazo?*

● **Nove meses de exploração e agravamento**

Salientando que o PCP tinha e continua a ter razão, pois a vida confirmou as prevenções e previsões feitas, acrescentou: *Foram nove meses de aumento da exploração dos trabalhadores, de degradação de vida dos portugueses de forma tão generalizada que não há um só aspecto da vida nacional em que os responsáveis deste Governo possam apresentar um balanço positivo.* *Nestes meses viram acrescidas as suas razões de queixa, a classe operária, os agricultores, os pescadores, os comerciantes e industriais, os quadros técnicos e intelectuais, os reformados, os deficientes, os que debalde procuram emprego*

e têm como amanhã a fome e o desespero. *As mulheres e os jovens a quem foram feitas promessas infundáveis ficaram sem resposta para os seus problemas.* *Foram nove meses de agravamento de todos os défices, de endividamento externo sem precedentes de descalabro económico social e político.* *O seu anterior Governo, como o PCP previra, caiu, por ser incapaz de resolver os problemas nacionais, esmagado pela luta dos trabalhadores e pela força da oposição nacional à sua política.* *Prosseguindo, o camarada Veiga de Oliveira acrescentou: Ora, ouvindo o sr. Primeiro-Ministro quer no seu discurso de posse, quer agora, dir-se-ia que lhe não cabem quaisquer responsabilidades na situação negra que nos traça. Quanto às conclusões que retira, elas apontam para novos e maiores sacrifícios das classes laborais para as quais a AD pretende transferir mais e mais o peso da crise. Reclamando-se este II Governo Balsemão/AD com Freitas do Amaral, do mesmo ideário, do mesmo programa, da mesma capacidade, da mesma competência, da mesma estabilidade, o julgamento do seu programa só pode ser visto à luz da prática do*

anterior. Por isso mesmo apresentamos uma moção de rejeição. *A causa primeira da queda do anterior Governo Balsemão foi a incapacidade da sua política para resolver os problemas nacionais. Ora o novo Governo Balsemão, propondo-se seguir a política do seu predecessor terá necessariamente a mesma sorte.* *Este II Governo Balsemão/AD com Freitas do Amaral mostra-se à partida tão incapaz como o anterior de resolver os problemas nacionais, antes os agravar.* *Como o anterior, está votado ao fracasso e a cair a curto prazo devido à oposição e luta das camadas laboriosas da população e a novos desentendimentos e desavenças no seio dos seus próprios apoiantes.* *O sr. Primeiro-Ministro deve ter sentido hoje já a frieza, a descrença e o desencanto com que as bancadas da AD assistiram ao deslizar do seu discurso.* *São já as reticências críticas, as desconfianças fundamentadas, a certeza de que este Governo não é um governo para resolver a crise mas é ainda a crise de governo.* *Prosseguindo, o camarada Veiga de Oliveira abordaria a seguir a questão habitacional e a pura demagogia que encharca o Programa do Governo quando vai ao ponto de parafrasear uma conhecida frase do passado anterior ao 25 de Abril afirmando que enquanto houver portugueses sem casa o projecto da AD não está completo. Como recordou, a sinistra actuação do anterior Governo Balsemão conduziu ao estrangulamento financeiro*

do sector cooperativo da habitação e à liquidação dos programas de construção de casas económicas pelo Fundo de Fomento da Habitação. *Referindo-se depois ao sector da saúde e segurança social afirmaria: Desta vez o Programa já não disfarça os objectivos do Governo quer em matéria de saúde, quer de segurança social. Os 800 000 reformados rurais e da pensão social procurarão em vão a garantia de que serão aumentados findos os 12 meses sobre o último aumento, isto é, a partir do dia 1 de Outubro.*

● **Do balbuciar à agressividade do discurso**

Por último o camarada Veiga de Oliveira abordaria duas questões do morno, impreciso, informe e frequentemente balbuciante discurso do Primeiro-Ministro em que este foi muito claro e agressivo: *A primeira diz respeito à revisão da Constituição. Acenando à formação de um consenso para permitir a revisão acelerada da Constituição o que este Governo mais uma vez pretende é transformar a derrota da AD em 7 de Dezembro numa vitória a curto prazo.* *Pretende num primeiro momento rever aspectos nevrálgicos, como sejam os relativos ao CR e ao controlo da constitucionalidade, aos poderes do PR, ao Estatuto das Forças Armadas e às competências do Governo. A seguir teria franqueadas as portas para arrear completamente as barreiras constitucionais e institucionais à sua política*

antidemocrática e restauracionista. *A segunda questão em que o discurso do Primeiro-Ministro foi nítido e agressivo diz respeito aos problemas laborais. Para este Governo Pinto Balsemão/Freitas do Amaral/AD já não se trata só de transferir o peso da crise para cima dos trabalhadores. Trata-se de, para o conseguir plenamente, responsabilizá-los pela crise. Segundo este Governo, são os próprios trabalhadores os responsáveis. Para este Governo os direitos garantidos pela actual legislação laboral têm de ser suprimidos. É este o seu Programa de guerra aos trabalhadores e às classes laboriosas.* *Aqui o Primeiro-Ministro assume-se como chefe da AD e do seu projecto revanchista, deixa-se empolgar, e a propósito de suposto incumprimento da Lei da Greve, apelida os trabalhadores que lutam pelos seus direitos de tropa de choque do PCP.* *Pretende classificar de políticas as greves dos trabalhadores para, à maneira do salazarismo e de todos os poderes reaccionários, pôr em causa o direito à greve.* *Mas vai mais longe ao defender a libertação dos despedimentos e, a pretexto de premiar méritos individuais e colectivos, chama aos trabalhadores enxame de parasitas!!!* *Por este caminho o Governo AD/Balsemão/Freitas do Amaral não durará muito mais do que o anterior. Terá a justa resposta dos trabalhadores que sabem bem quem são os parasitas, quem os protege e quem lhes faz a política.*

Enquanto houver portugueses sem casa o nosso projecto como AD não estará completo

(do discurso do Primeiro-Ministro)



O projecto AD antes de estar completo



O projecto AD já completo

As razões da moção de rejeição

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma moção de rejeição do programa do Governo, tão claro é para o PCP e o seu Grupo Parlamentar o sentido antidemocrático e antipopular deste III Governo da AD e de Pinto Balsemão, conforme referiu o camarada Veiga de Oliveira, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP ao iniciar a sua intervenção durante o período reservado às interpeleções dos partidos ao Primeiro-Ministro.

O texto da moção, que depois de ter sido entregue na mesa da AR, foi distribuído pelos jornalistas, começa por salientar que o actual governo representa a continuidade dos dois anteriores governos da AD, cuja acção se revelou calamitosa em todos os sectores da vida nacional e considera que a sua previsível actuação deve ser avallada antes de tudo por essa conhecida prática governamental da AD onde se destacam aspectos gritantes de como esta classe política se tem governado com o país, nomeadamente pela:

- intensificação da exploração e opressão dos trabalhadores, com a violação das liberdades e dos direitos sindicais, o aumento da repressão patronal, o abuso dos contratos a prazo e o agravamento dos despedimentos;
- degradação das condições de vida das mais largas camadas da população, designadamente pela subida generalizada dos preços, pela quebra dos salários reais, pelo agravamento da situação dos reformados e pensionistas, pela degradação e encarecimento dos serviços de saúde, pela reposição de um sistema de ensino retrógrado, pela extrema agudização das carências habitacionais e a guerra às cooperativas de ha-

- escandalosa tentativa de desmantelamento da EPAC e da AGA ou a atribuição da zona de jogo em Tróia e de reservas na zona da Reforma Agrária);
- uma política de estrangulamento financeiro e assalto centralizador contra o poder local;
- crescente submissão e enfeudamento aos interesses e à política do Imperialismo, traduzida no agravamento da dependência externa da economia portuguesa e um profundo envolvimento do Estado português na política de ameaça à paz e nos planos belicistas definidos pela NATO e pela Administração Reagan, comprometendo o território e a segurança de Portugal.

Reportando-se depois ao programa de Governo agora apresentado refere a moção de rejeição do Grupo Parlamentar do PCP que este programa comprova que a AD pretende relançar, nas condições actuais, o plano subversivo de destruição do regime democrático derrotado pelo povo português em 7 de Dezembro e agravar ainda mais a política que até agora prosseguiu, designadamente quando prevê:

- novos acordos com o FMI subordinando a condução e direcção da economia portuguesa aos planos e ordens das grandes centrais do imperialismo, com nova diminuição do ritmo de crescimento da economia, restrição drástica do crédito bancário, agravamento da dívida externa, estrangulamento financeiro das empresas públicas e novos aumentos gerais de preços dos factores de produção

e produtos essenciais (ao mesmo tempo que seriam criadas novas possibilidades para os lucros do grande patronato e das multinacionais);

- a revisão da legislação laboral criando novos mecanismos de reforço da posição patronal na contratação colectiva, liberalizando os despedimentos, revendo o regime de faltas, férias e feriados, promovendo a restrição institucional de direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações, em particular as liberdades sindicais, o direito de associação e o direito à greve;
- revisão acelerada e golpista de aspectos essenciais e nevrálgicos dos relativos ao Conselho de Revolução, aos poderes do Presidente da República, ao estatuto das Forças Armadas, às competências do Governo e aos mecanismos de controlo da constitucionalidade das leis, abrindo a porta à ulterior subversão total da Constituição da República.

Por último, a moção de rejeição do programa do Governo salienta ainda que a formação do actual executivo não representa a perspectiva de solução para qualquer dos grandes problemas nacionais e conduzir, pelo contrário, a breve trecho, ao agravamento da crise económica, social e política, a novos sofrimentos para o povo português e prejuízos gravíssimos para o país pelo que se torna ainda mais necessária a firme oposição de todas as forças democráticas à acção deste Governo, cuja formação não evitará a completa derrota da AD.

Ora diga-nos...



Governo recauchutado?... Bom! Para mim, recauchutados, só os pneus!



Parasitas?... Eu pertencio a esse «enxame de parasitas» de que o Balsemão falou. Mas tenciono pedir um lugar de secretário de Estado...



O Primeiro-Ministro?... Cá para mim, prefiro este ao anterior!...



Este Governo?... Não, a mim não enfiem eles o barrê! Não...